

# PUBLICIDADE LEGAL

## CONSTRUTORA SULTEPA S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33 - NIRE 4330002357

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Construtora Sultepa S/A – Em Recuperação Judicial (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (a "Assembleia"), a ser realizada no dia 06 de abril de 2022, às 9h, na sede da Companhia, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, bairro Sarandi, CEP 91.060-410, em Porto Alegre/RS, para examinarem, discutirem e votarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) consignar o recebimento da renúncia do Sr. Ricardo Lins Portella Nunes como membro do Conselho de Administração; e (ii) eleger o Sr. Enlito Pereira Silveira para o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração, tendo em vista a renúncia referida no item anterior. **Informações Gerais:** Em virtude da Companhia estar com a negociação de ações na bolsa de valores suspensa, não será possível que o acionista exerça seu direito de voto por meio do sistema de boletim de voto a distância. Para fins de melhor organização, os administradores recomendam aos acionistas que queiram participar da Assembleia, que depositem na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da data de realização da Assembleia, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Porto Alegre/RS, 15 de março de 2022. **Ricardo Lins Portella Nunes - Presidente do Conselho de Administração.**

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# LOJAS QUERO-QUERO S.A.

CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

Companhia de Capital Aberto

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Buscamos sempre construir relacionamentos com as comunidades onde atuamos, visando oferecer uma solução completa de casa e construção para nossos clientes, sempre cultivando a alma do interior, que nos norteia em nosso crescimento, e foi com este objetivo em mente que alcançamos marcos muito importantes em 2021. Inauguramos 70 novas lojas, além de 2 novos centros de distribuição, e começamos a nossa jornada em dois novos estados – Mato Grosso do Sul e São Paulo. Apresentamos crescimento de vendas e ganho de mercado, divulgamos o nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, e fomos reconhecidos através das certificações Great Place to Work (GPTW) e Top Employers como uma empresa que investe e se orgulha do nosso maior diferencial, os nossos mais de 7,8 mil colaboradores, que colocam em prática diariamente os valores da companhia. Acreditamos que temos ainda diversos marcos a serem atingidos, seja fazendo cada dia melhor o que fizemos ao longo da nossa trajetória, ou inovando como no projeto Figital.

Ganhar mercado é um dos pilares da nossa companhia, e neste ano conseguimos novamente desempenhar muito bem nesta frente, tanto no crescimento das lojas existentes, quanto na abertura de novas lojas e conquista de novos mercados. Terminamos o ano com 15,1% de crescimento de vendas mesmas lojas (SSS), um feito que se mostra ainda mais relevante, pois foi feito sobre uma base de 2020, quando crescemos 18,2% SSS. O crescimento total de vendas no ano foi de 23,8%, isso representa um crescimento total de 58,4% em relação a 2019, e materializa os resultados alcançados ao longo da pandemia de Covid-19, um período em que todos os nossos colaboradores e parceiros trabalharam incansavelmente para superar diferentes adversidades impostas pela conjuntura econômica-social vigente, no qual mais uma vez demonstramos a força de nossas equipes.

O mercado de varejo, no qual estamos inseridos, apresentou expansão entre o 3T20 e o 2T21, e conseguimos ganhar mercado, com crescimentos médios de 34,9% SSS ao longo deste período. Acreditamos que diversos fatores contribuíram para o desempenho do mercado onde atuamos neste período, como: renda disponível dos consumidores, que reduziram seus gastos em atividades como entretenimento e passaram a investir mais em suas casas, e em menor grau foram beneficiados pelos auxílios governamentais; economias locais menos afetadas pela pandemia dado as dinâmicas específicas de pequenas e médias cidades aliadas a um bom desempenho do setor agropecuário, bastante relevante para essas economias. No segundo semestre de 2021, esperávamos um cenário mais desafiador, pois teríamos uma forte base de comparação, e acreditávamos que algumas das variáveis se invertem devido ao recrudescimento da pandemia, e a população voltaria a gastar com atividades não realizadas nos meses anteriores, como viagens e entretenimento, deixando menos renda disponível para gastos em nossas lojas. E foi este o cenário base que se concretizou, com o efeito adicional negativo da piora do cenário macroeconômico brasileiro. Mesmo assim, conseguimos manter o nível de vendas ao longo do segundo semestre e ganhar mercado, demonstrando que os ganhos obtidos nos últimos trimestres podem ser sustentáveis e representar uma nova base a partir da qual continuaremos a buscar crescimento.

O segundo caminho para o ganho de mercado é a expansão orgânica. Atingimos o nosso objetivo de abrir 70 novas lojas, acelerando o ritmo de crescimento, frente as 50 lojas abertas no ano anterior. Celebramos a abertura da loja #400 da rede, ainda no início do ano, e encerramos o período com 465 lojas, agora distribuídas em 377 cidades em 5 estados: 245 lojas possuem mais de 5 anos de operação; 100 lojas entre 2 e 5 anos; e 120 lojas com até 2 anos de operação. Estas lojas com menos de 5 anos de operação ainda apresentam um forte potencial de crescimento, com base na curva de maturação vista na última década, o que representam um crescimento contratado para os próximos anos, fruto do trabalho desenvolvido e aprimorado ao longo do tempo. A Lojas Quero-Quero nasceu no interior do Rio Grande do Sul, e sempre busca uma expansão geográfica progressiva em regiões próximas de onde já atuamos. Assim, na década de 1990 iniciamos a operação em Santa Catarina e na década de 2010 no Paraná. A região Sul ainda é nosso maior foco de crescimento no curto e médio prazo, onde existem aproximadamente 191 cidades em que ainda não atuamos, e que apresentam condições favoráveis para a abertura de pelo menos uma loja. Embora com um grande potencial de expansão nas regiões onde a companhia já tem uma forte presença, iniciamos em 2021 a operação no Mato Grosso do Sul e em São Paulo. Estas serão as novas fronteiras de crescimento no longo prazo, sempre em pequenas e médias cidades do interior, onde pretendemos oferecer maior diversidade de produtos e um serviço mais completo para os consumidores, e consequentemente termos um relacionamento ainda mais duradouro com as comunidades. Temos mapeadas mais de 300 cidades adicionais que podem receber ao menos uma loja nestes dois novos estados, expandindo ainda mais o nosso mercado potencial.

Além da abertura de novas lojas, foram realizadas transformações em 55 lojas, que representam importantes avanços para atração de novos clientes e ganho de mercado nas cidades onde já atuamos. Atualmente, contamos com 57 lojas no formato tradicional, 283 Mais Construção I, 99 Mais Construção II e 26 Mais Construção III. Ao longo dos próximos anos vislumbramos a oportunidade de transformar todas as lojas tradicionais para um dos novos formatos, e ainda fazer evolução de parte das lojas Mais Construção I para os formatos mais completos. Acreditamos no potencial de crescimento nas cidades onde atuamos, uma vez que estas apresentam um mercado de material de construção pulverizado, do qual nossa participação representa aproximadamente 7% dos mercados locais, segundo estimativas internas baseadas nos dados do IBGE (Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Mensal do Comércio). Estimamos que o mercado brasileiro de varejo de material de construção tenha atingido aproximadamente R\$ 230 bilhões em 2021, sem contar o mercado de eletrodomésticos e móveis, e grande parte do mercado está nas pequenas e médias cidades abaixo de 300 mil habitantes, que concentram aproximadamente 60% da população do país.

Para continuar crescendo e expandindo, investimos em dois novos Centros de Distribuição (CDs). No 1T21 inauguramos o novo CD de Sapiranga – RS, que substitui uma operação existente na mesma cidade, enquanto no 2T21 inauguramos o primeiro CD fora do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Corbélia – PR, que serve como base para continuarmos expandindo as regiões de atuação, e melhorar o nível de serviço de nossas lojas. Junto com estes dois novos CDs, a mudança realizada no 1T20 da operação do centro de distribuição de Santo Cristó – RS, o mais antigo da Companhia e localizado na cidade natal da Lojas Quero-Quero, para um novo local, na mesma cidade, permitiu ampliar a nossa capacidade de armazenagem em aproximadamente 3 vezes, com investimentos realizados em um intervalo de um pouco mais de um ano.

Um projeto que ganhou destaque durante 2021 foi o Figital, que tem o objetivo de proporcionar aos nossos clientes de cidades pequenas e médias o acesso a produtos que eles só encontrariam em um *home center* de cidades grandes através de uma plataforma digital. Ainda em 2020, aproveitando-se do processo de digitalização causado pelo cenário de pandemia, a Companhia deu início ao projeto "Quero-Quero Muito Mais" (1P), que mais tarde veio a se tornar o Figital (1Plar). No primeiro trimestre de 2021, iniciamos o desenvolvimento do 1Plar, reforçando nossas equipes e desenvolvendo parcerias com novos e atuais fornecedores. No segundo e terceiro trimestre, adequamos parte da área do antigo centro de distribuição de Sapiranga-RS para receber o showroom do 1Plar e finalizamos o showroom virtual, um ambiente que representa mais de 4.000 m², e a plataforma digital de vendas vinculada ao novo site de e-commerce. Ampliamos ainda significativamente o mix de produtos em categorias em que já atuamos, como em iluminação e também incluímos novas categorias, como Decoração, Segurança, entre outras, introduzindo mais de 17 mil novos SKUs em nosso mix. Avancando ainda mais no projeto, durante o quarto trimestre, em outubro, iniciamos a primeira onda do projeto, levando o piloto a 63 lojas da rede e, posteriormente, em uma segunda onda, a mais 136 lojas, finalizando o ano com 199 das 465 lojas da rede no projeto piloto.

Ao longo desse ano, também percebemos uma retomada da demanda por crédito por parte de nossos clientes. No início da pandemia, vimos uma redução da carteira de recebíveis, decorrente de uma postura mais conservadora na concessão de crédito e de uma maior renda disponível de nossos clientes. Gradualmente observamos uma maior utilização do cartão VerdeCard em 2021, tanto dentro quanto fora de nossas lojas, o que indica uma tendência de normalização na demanda. Desta maneira, apresentamos crescimento na carteira de recebíveis neste ano, mais alinhado com o crescimento do varejo, mantendo níveis saudáveis de rentabilidade. Também observamos o aumento da utilização por parte de nossos clientes dos novos produtos oferecidos através do app QQPag, que unifica a gestão do cartão VerdeCard, e oferece uma conta digital integrada com o Pix. Atendemos assim os nossos clientes atuais, e aumentamos o público-alvo, alcançando clientes que não possuem ou não querem ter um cartão de crédito neste momento, mas que passam a contar com uma alternativa de conta digital. O aplicativo se beneficia da capilaridade de nossas lojas, como ponto de contato adicional e de prestação do serviço de saque. Acreditamos que assim estamos posicionados para atender os nossos clientes quando eles desejarem utilizar produtos e serviços financeiros digitais, sempre mantendo o relacionamento direto e presença local.

Mesmo com todas estas realizações, não podemos nos esquecer que ainda presenciamos um momento ímpar de nossa sociedade devido à pandemia de Covid-19, que estava em um cenário mais grave no início do ano. Sentimos novamente a necessidade de nos mobilizarmos para ajudar as nossas comunidades que enfrentavam um momento tão desafiador, e promovemos então a Páscoa da Esperança, que contou com doações da Companhia, de seus diretores, conselheiros e colaboradores, para novamente levar cestas básicas a aqueles que mais precisavam. Como resultado desta ação, e de outras realizadas também em 2020, a Lojas Quero-Quero utilizou a sua capacidade operacional para doar e entregar cerca de 38 mil cestas básicas para mais de 300 cidades onde atuava nos três estados da região Sul, contando com o apoio e experiência da rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, distribuindo assim mais de 500 toneladas de donativos.

Nesta jornada como corporação listada da B3, e de compromisso com todos os stakeholders da companhia, divulgamos no 4T21 o primeiro Relatório de Sustentabilidade das Lojas Quero-Quero. Nele apresentamos a nossa estrutura de governança, seguindo os melhores parâmetros do Novo Mercado, as diversas iniciativas sociais realizadas, o investimento na formação e capacitação de nossos colaboradores, através de programas como QQTech, formação de gerentes de lojas, e programa de *trainees*, que culminaram em aproximadamente 1.000 promoções internas nos últimos doze meses, além de iniciativas visando a conservação do meio ambiente e crescimento sustentável, como redução da distância média percorrida pela malha logística para atendimento de nossas lojas, investimento em redução do consumo de energia elétrica em lojas, e a contratação de 6 usinas fotovoltaicas com capacidade instalada de aproximadamente 7,8MWp

com previsão de início de operação em 2022. Formamos 205 novos gerentes de lojas em 2021, e terminamos o ano com mais de 447 profissionais internos dentro dos programas de formação para gerentes de lojas. Acreditamos e continuamos investindo na capacitação de nossas equipes, que vivem no dia a dia nossos valores. Também realizamos a 11ª edição do programa de *trainees* corporativos, que contou com mais de 5.500 candidatos, e representa uma fonte única de talento a contribuir com o crescimento e melhoria da organização. O foco nas pessoas, inerente em nossa cultura, exemplificado nos programas de formação, é o que nos possibilitou receber as certificações *Great Place to Work (GPTW)* e *Top Employers*.

Completamos também 1 ano do IPO das Lojas Quero-Quero, que marcou a listagem da primeira varejada de materiais de construção na B3, uma das primeiras operações de *equity* no mercado de capitais brasileiros após o início da pandemia de Covid-19, e primeira listagem de uma Corporação em mais de 13 anos no Brasil. Também ficamos felizes de termos sido reconhecidos e sermos citados no ranking de *small caps* da América Latina do Institutional Investor, e de termos sido selecionados como uma das 3 melhores operações de *equity* em 2020 no prêmio *Golden Tomestone*, organizado pelo IBEF-SP. Além disso, fomos incluídos nos índices GPTW, SMLL, IBRA, ICON e IGCT da B3 em 2021.

Graças ao empenho e dedicação de nossos colaboradores mantivemos a trajetória de melhoria e crescimento contínuo dos últimos anos. Seguimos investindo para buscar um crescimento sustentável, construir uma empresa cada vez melhor e impactar positivamente a sociedade. O ano de 2022 apresenta desafios e oportunidades de crescimento. As expectativas macroeconômicas de curto prazo apresentaram deterioração ao longo do último ano, e é neste cenário que buscamos utilizar os nossos pontos de diferenciação para continuar ganhando mercado. Temos como meta a abertura de 70 a 85 novas lojas, pois acreditamos no potencial de longo prazo dos mercados onde atuamos e da capacidade da nossa estratégia de gerar valor tanto para os nossos acionistas, quanto para todos os colaboradores e clientes da Lojas Quero-Quero. Neste ano completaremos 55 anos de história, um momento de celebrar as conquistas do passado, mas sempre olhando para a frente, visando o crescimento de todos ao nosso redor. Agradecemos a todos acionistas, colaboradores e suas famílias, comunidades em que atuamos, clientes e fornecedores pela confiança depositada nesta Companhia.



Em sentido horário: (i) Fachada filial de Querência do Norte - PR; (ii) Fachada filial de Mundo Novo-MS; (iii) Fachada da filial de cidade Gaúcha - PR; (iv) Fachada da filial de Junqueirópolis - SP; e (v) Fachada filial de Mallet - PR.

#### DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2021

Cacheirinha, 10 de março de 2022. A Lojas Quero-Quero S.A. anuncia seu resultado anual de 2021. **DESTAQUES**

Informações Consolidadas (R\$ milhões)	2021		% 2021 vs 2020	2019		% 2021 vs 2019
	2021	2020		2020	2019	
<b>Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos</b>	<b>2.518,4</b>	<b>2.029,2</b>	<b>24,1%</b>	<b>1.653,3</b>	<b>52,3%</b>	
Receita Operacional Líquida¹	2.033,6	1.621,2	25,4%	1.344,0	51,3%	
<b>Lucro Bruto</b>	<b>793,9</b>	<b>669,8</b>	<b>18,5%</b>	<b>542,0</b>	<b>46,5%</b>	
Margem Bruta (%)	39,0%	41,3%	(2,3)p.p.	40,3%	(1,3)p.p.	
Despesas Operacionais	(630,0)	(516,2)	(22,0%)	(428,1)	(47,2%)	
<b>EBITDA</b>	<b>246,3</b>	<b>214,8</b>	<b>14,7%</b>	<b>162,5</b>	<b>51,6%</b>	
Margem EBITDA (%)	12,1%	13,3%	(1,1)p.p.	12,1%	0,0p.p.	
<b>EBITDA Ajustado²</b>	<b>182,2</b>	<b>163,2</b>	<b>11,6%</b>	<b>124,6</b>	<b>46,2%</b>	
Margem EBITDA Ajustado (%)	9,0%	10,1%	(1,1)p.p.	9,3%	(0,3)p.p.	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>68,2</b>	<b>67,9</b>	<b>0,5%</b>	<b>30,1</b>	<b>126,5%</b>	
Margem Líquida (%)	3,4%	4,2%	(0,8)p.p.	2,2%	1,1p.p.	
<b>Lucro Líquido Ajustado ex-SOP e ex-IFRS16</b>	<b>86,3</b>	<b>74,6</b>	<b>15,7%</b>	<b>32,2</b>	<b>168,2%</b>	
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16	4,2%	4,6%	(0,4)p.p.	2,4%	1,8p.p.	
<b>Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)</b>	<b>15,1%</b>	<b>18,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>15,1%</b>	<b>0,0%</b>	
<b>ROIC Ajustado³</b>	<b>18,4%</b>	<b>29,6%</b>	<b>(11,2)p.p.</b>	<b>26,4%</b>	<b>(8,1)p.p.</b>	

- (1) A receita operacional líquida é impactada negativamente pela alteração na legislação do ICMS-ST/RS (decreto nº 54.308/2018), a partir de março de 2019, que levou ao aumento do montante reconhecido na conta de Impostos Incidentes Sobre a Venda, e diminuição do Custo das Mercadorias Vendidas.
- (2) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, e deduzido do impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019.(3) ROIC (Return On Invested Capital ou Retorno Sobre o Capital Investido) Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia. O ROIC Ajustado é uma divisão do Lucro Operacional Ajustado Depois de Impostos (Adjusted Net Operating Profit After Taxes, "NOPAT Ajustado") pela média do Capital Investido dos últimos quatro trimestres (Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres).
- O crescimento da Receita Bruta, Líquida de Devoluções totalizou 24,1% em 2021. A Companhia apresentou crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS - Same Stores Sales) de 15,1% em 2021 (crescimento de 35,3%, considerando apenas as lojas existentes de 2019). Dessa forma, a Companhia ganhou participação de mercado no acumulado do ano, ficando assim, acima dos dados divulgados pelo IBGE (PMIC).
- O Lucro Bruto avançou 18,5% em 2021, com Margem Bruta de 39,0% no acumulado do ano. Despesas Operacionais totalizaram R\$630,0 milhões no acumulado do ano, crescimento de 22,0%. O aumento das despesas operacionais refletiu a implementação do projeto Figital assim como maior investimento em logística e na expansão via abertura de novas lojas.
- EBITDA Ajustado de R\$182,2 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustado de 9,0%. Crescimento de EBITDA ajustado 11,6% no ano (46,2% em relação a 2019) e redução de 1,1p.p. na Margem EBITDA Ajustado em 2021 (-0,3p.p. vs. 2019).
- Lucro Líquido totalizou R\$68,2 milhões em 2021. Crescimento de Lucro Líquido de 0,5% no ano. Desconsiderando impactos do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP) e do IFRS-16, o Lucro Líquido do ano teria sido de R\$86,3 milhões, crescimento de 15,7% vs. 2020.

#### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO

Demonstrações de Resultado Consolidado (R\$ milhões)	2021		% 2021 vs 2020	2019		% 2021 vs 2019
	2021	2020		2020	2019	
<b>Receita Bruta Líquida de Devoluções</b>	<b>2.518,4</b>	<b>2.029,2</b>	<b>24,1%</b>	<b>1.653,3</b>	<b>52,3%</b>	
<b>Impostos</b>	<b>(484,8)</b>	<b>(408,1)</b>	<b>(18,8%)</b>	<b>(309,2)</b>	<b>(56,8%)</b>	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.033,6</b>	<b>1.621,2</b>	<b>25,4%</b>	<b>1.344,0</b>	<b>51,3%</b>	
Venda de mercadorias	1.482,4	1.182,7	25,3%	934,9	58,6%	
Serviços prestados	551,2	438,4	25,7%	409,1	34,7%	
<b>Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados</b>	<b>(1.239,7)</b>	<b>(951,4)</b>	<b>(30,3%)</b>	<b>(802,0)</b>	<b>(54,6%)</b>	
<b>Lucro bruto</b>	<b>793,9</b>	<b>669,8</b>	<b>18,5%</b>	<b>542,0</b>	<b>46,5%</b>	
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>	<b>(630,0)</b>	<b>(516,2)</b>	<b>(22,0%)</b>	<b>(428,1)</b>	<b>(47,2%)</b>	
Vendas	(429,2)	(346,4)	(23,9%)	(287,7)	(49,2%)	
Administrativas e gerais	(188,4)	(151,8)	(24,1%)	(125,6)	(50,0%)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(12,4)	(18,0)	31,1%	(14,8)	15,8%	
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>163,9</b>	<b>153,6</b>	<b>6,8%</b>	<b>114,0</b>	<b>43,8%</b>	
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(71,7)</b>	<b>(55,1)</b>	<b>(30,1%)</b>	<b>(66,5)</b>	<b>(7,9%)</b>	
Despesas financeiras	(115,0)	(74,1)	(55,1%)	(82,5)	(39,4%)	
Receitas financeiras	43,3	19,0	127,6%	16,0	170,2%	
<b>Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social</b>	<b>92,2</b>	<b>98,4</b>	<b>(6,3%)</b>	<b>47,5</b>	<b>94,1%</b>	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(24,0)	(30,6)	21,4%	(17,4)	(38,0%)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16,9)	(29,9)	43,3%	(15,3)	(10,6%)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7,1)	(0,7)	(889,3%)	(2,1)	(239,1%)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>68,2</b>	<b>67,9</b>	<b>0,5%</b>	<b>30,1</b>	<b>126,5%</b>	

Em um ano mais desafiador devido à base de comparação mais forte do segundo semestre, o crescimento da receita de Varejo foi de 23,8% no ano (58,4% vs. 2019). As vendas mesmas lojas (SSS) apresentaram um desempenho positivo no total do ano, atingindo 15,1% em 2021 (crescimento de 35,3% vs. 2019 considerando apenas lojas existentes em 2019). A Companhia encerrou o ano com 465 lojas, tendo inaugurado 25 novas lojas durante o último trimestre (70 aberturas no ano), incluindo 4 novas lojas no estado de São Paulo e 1 nova loja no estado do Mato Grosso do Sul. Em relação ao ano anterior, a companhia obteve um crescimento de 17,7% na base de lojas, e um crescimento de 18,4% na área de vendas.

Informações Operacionais	2021		% 2021 vs 2020	2019		% 2021 vs 2019
	2021	2020		2020	2019	
<b>Total de lojas</b>	<b>465</b>	<b>395</b>	<b>17,7%</b>	<b>346</b>	<b>34,4%</b>	
Rio Grande do Sul	290	280	3,6%	267	8,6%	
Santa Catarina	75	59	27,1%	47	59,6%	
Paraná	94	56	67,9%	32	193,8%	
Mato Grosso do Sul	2	-	-	-	-	
São Paulo	4	-	-	-	-	
<b>Área de vendas (000s m²)</b>	<b>314</b>	<b>265</b>	<b>18,4%</b>	<b>229</b>	<b>37,1%</b>	

Dentre as 465 lojas, 57 são do formato tradicional, 283 Mais Construção I, 99 Mais Construção II e 26 Mais Construção III.

#### DESEMPENHO FINANCEIRO

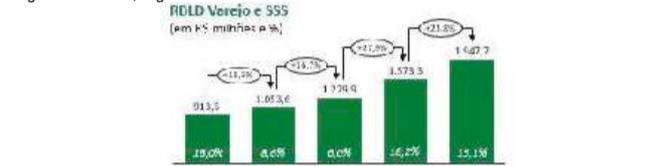
**Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD)** - A RBLD totalizou R\$2.518,4 milhões em 2021, ante R\$2.029,2 milhões em 2020, com crescimento de 24,1% (52,3% vs. 2019).

Atividades de Negócios (R\$ milhões)	2021		% 2021 vs 2020	2019		% 2021 vs 2019
	2021	2020		2020	2019	
<b>Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos</b>	<b>2.518,4</b>	<b>2.029,2</b>	<b>24,1%</b>	<b>1.653,3</b>	<b>52,3%</b>	
Varejo	1.947,7	1.573,3	23,8%	1.229,9	58,4%	
Serviços Financeiros	501,3	391,8	27,9%	359,9	39,3%	
Cartão de Crédito	69,3	64,1	8,2%	63,5	9,2%	

#### Receita Bruta Líquida de Devoluções (RBLD)



A atividade de negócio de Varejo cresceu 23,8% no ano (58,4% vs. 2019), representando 77,3% das receitas da Companhia, resultado do crescimento de 15,1% da venda mesmas lojas (SSS) e do aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas nos últimos 12 meses (17,7% de crescimento da base de lojas em relação ao final de 2020). Continuamos observando crescimento na receita e ganhos de mercado no segmento de material de construção, mesmo com uma base de comparação alta, devido à forte performance de vendas desde o início da pandemia. O reflexo deste resultado positivo deve-se à execução acertada dos projetos de transformação de lojas para os modelos mais construção fases I, II e III e a maturação das lojas abertas nos últimos anos. Os segmentos de eletrodomésticos e móveis apresentaram um desempenho mais fraco ao longo do segundo semestre, seguindo a tendência observada no mercado.



A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$501,3 milhões em 2021, com crescimento de 27,9% em relação ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$633,2 milhões, frente a R\$449,8 milhões no final do 2T20, mantendo a retomada contínua do crescimento desde o início da pandemia. Em relação ao final de 2020 e 2019, quando a carteira era de R\$546,2 milhões e R\$499,6 milhões, houve crescimento de 15,9% e 26,7%, respectivamente. O crescimento da receita de serviços financeiros superior ao crescimento da receita de varejo é decorrente da origem de títulos dos últimos trimestres, pois no início da pandemia adotamos uma estratégia mais conservadora na concessão de crédito, ao mesmo tempo que o Varejo apresentou uma performance positiva, e gradualmente vimos a carteira de crédito voltar a crescer, que se refletiu no crescimento atual das receitas. O atraso sobre a Carteira VerdeCard manteve-se no mesmo patamar do 3T21, ficando em 9,8% ao final do 4T21. Dessa forma, o atraso sobre a carteira voltou a níveis similares ao observado no período pré-pandemia (10,1% no 4T19).



A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de 8,2% de receita em 2021, representando assim 2,8% das receitas da Companhia. O volume transacionado com o cartão VerdeCard, prejudicado no ano anterior principalmente pela queda nas compras nos segmentos de combustíveis, confecções e calçados, e bares e restaurantes, voltou a crescer em 2021 com a tendência de normalização do cenário econômico-social o que representa uma propensão de crescimento na origem de recebíveis. Desta maneira, o crescimento anual do volume transacionado foi de 19,4% (25,5% vs. 2019), alcançando R\$1.994,2 milhões, sendo R\$1.036,4 milhões em estabelecimentos conveniados e R\$957,8 milhões nas nossas lojas, crescimentos 20,8% e 17,9%, respectivamente, frente ao ano anterior (24,8% e 26,2% vs. 2019). Assim como no ano anterior, o crescimento de vendas de Varejo foi superior ao crescimento do volume transacionado no cartão, beneficiado pelo volume adicional de vendas na modalidade à vista, reflexo da estratégia comercial adotada ao longo da pandemia. Em relação às vendas em nossas lojas ao longo de 2021, o VerdeCard representou 49% do 4T19).



**Receita Operacional Líquida** - A Receita Operacional Líquida totalizou R\$2.033,6 milhões em 2021, ante R\$1.621,2 milhões no ano anterior (R\$1.344,0 em 2019), com crescimento 25,4% (51,3% vs. 2019). A parcela da Receita Operacional Líquida referente à Venda de mercadorias totalizou R\$1.482,4 milhões em 2021, com crescimento de 25,3%. Já a parcela referente à receita de Serviços prestados totalizou R\$551,2 milhões em 2021, com crescimento de 25,7%.

**Lucro Bruto** - A Companhia encerrou o ano de 2021 com R\$793,9 milhões de Lucro Bruto, equivalente a um crescimento de 18,5% em relação a 2020 (46,5% vs. 2019). Houve uma redução de margem no ano frente ao ano anterior, que apresentou margens acima do histórico, influenciada por fatores conjunturais daquele momento, assim atingimos uma margem consolidada de 39,0% em 2021 vs. 41,3% em 2020. No segundo semestre de 2020, a margem de mercadorias vendidas foi beneficiada por um cenário de vare

**continuação** **LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto**

cálculo do PIS e da COFINS compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008. Estes valores serão recuperados pela Companhia através de pedido de restituição perante a Receita Federal do Brasil, e serão repassados conforme contrato firmado entre as partes para o grupo de antigos fundadores da empresa, uma vez que contratuais os créditos deste período são de direito dos mesmos. Desta forma, o montante de R\$25,8 milhões (R\$27,1 milhões bruto de impostos) foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira no 3T21, tendo efeito nulo do resultado da Companhia. **Lucro Líquido** - No ano, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$68,2 milhões vs. R\$67,9 milhões em 2020 (R\$30,1 milhões em 2019) com crescimento de 0,5% (126,5% vs. 2019). O Lucro Líquido excluindo o efeito do Plano de Opção de Compra de Ações e o efeito da adoção do IFRS-16 foi de R\$86,3 milhões vs. R\$74,6 milhões em 2020 (R\$32,2 milhões em 2019) com crescimento de 15,7% (168,2% vs. 2019).

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado				
(R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	% 2021 vs 2019
<b>Lucro Líquido</b>	<b>68,2</b>	<b>67,9</b>	<b>0,5%</b>	<b>30,1</b>
Margem Líquida	3,4%	4,2%	(0,8)p.p.	2,2%
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	11,0	2,6	321,5%	-
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	7,1	4,1	72,2%	2,1
(=) <b>Lucro Líquido Ajustado ex-SOP e ex-IFRS16</b>	<b>86,3</b>	<b>74,6</b>	<b>15,7%</b>	<b>32,2</b>
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16	4,2%	4,6%	(0,4)p.p.	2,4%

mesmo período do ano anterior, com crescimento de 11,6% (46,2% vs. 2019). No acumulado do ano a Margem EBITDA e EBITDA Ajustado foram 12,1% e 9,0%, respectivamente, em linha com 2019.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado				
(R\$ milhões)	2021	2020	% 2021 vs 2020	% 2021 vs 2019
<b>Lucro Líquido</b>	<b>68,2</b>	<b>67,9</b>	<b>0,5%</b>	<b>30,1</b>
(+) IR, CSLL	24,0	30,6	(21,4%)	17,4
(+) Resultado Financeiro Líquido	71,7	55,1	30,1%	66,5
(+) Depreciação e Amortização	82,3	61,2	34,4%	48,5
(=) <b>EBITDA</b>	<b>246,3</b>	<b>214,8</b>	<b>14,7%</b>	<b>162,5</b>
Margem EBITDA	12,1%	13,3%	(1,1)p.p.	12,1%
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	11,0	2,6	321,5%	-
(+) Itens não-recorrentes	-	2,3	(100,0%)	9,0
(-) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(75,2)	(56,6)	(32,9%)	(46,8)
(=) <b>EBITDA Ajustado</b>	<b>182,2</b>	<b>163,2</b>	<b>11,6%</b>	<b>124,6</b>
Margem EBITDA Ajustado	9,0%	10,1%	(1,1)p.p.	9,3%

(1) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos) adotado em 2019.

doze meses foi de 0,4x. No segundo trimestre de 2021, para suportar o crescimento de vendas e consequentemente, da carteira de crédito, realizamos uma nova emissão de cotas seniores do FIDC VerdeCard no montante de R\$300 milhões.

Divida Líquida e Divida Líquida Ajustada (R\$ milhões)			
	2021	2020	2019
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>267,8</b>	<b>375,7</b>	<b>336,0</b>
Circulante	109,5	167,9	69,2
Não Circulante	158,3	207,8	266,8
(-) <b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>(341,2)</b>	<b>(507,0)</b>	<b>(270,3)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(256,4)	(475,4)	(240,3)
Aplicações Financeiras	(84,9)	(31,5)	(30,0)
<b>Divida Líquida</b>	<b>(73,4)</b>	<b>(131,2)</b>	<b>65,7</b>
(+) <b>Caixa e Aplicações Financeiras FIDC</b>	<b>146,1</b>	<b>40,2</b>	<b>29,9</b>
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	67,1	14,1	1,9
Aplicações Financeiras FIDC	79,0	26,1	27,9
<b>Divida Líquida Ajustada</b>	<b>72,7</b>	<b>(91,0)</b>	<b>95,6</b>
Divida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado UDM	0,4	(0,6)	0,8



**EBITDA Ajustado** - No ano, o EBITDA totalizou R\$246,3 milhões, com crescimento de 14,7% (51,6% vs. 2019), enquanto o EBITDA Ajustado totalizou R\$182,2 milhões, R\$19,0 milhões acima do

**Divida Líquida Ajustada** - Em 31 de dezembro de 2021, a Divida Líquida Ajustada da Companhia foi de R\$72,7 milhões, e a relação entre a Divida Líquida Ajustada e o EBITDA Ajustado dos últimos

Investimentos - Investimos R\$85,1 milhões ao longo de 2021, tanto diretamente na expansão e melhorias em nossas lojas, quanto no suporte às lojas, com a inauguração do novo CD de Sapiranga e do terceiro CD da Companhia em Corbélia no 2T21. Inauguramos 70 lojas no ano de 2021, realizamos transformações em 55 lojas para modelos Mais Construção. Adicionalmente, no decorrer do ano, foi realizado um investimento no valor de R\$9,7 milhões no projeto Digital.

Investimentos (R\$ milhões)				
	2021	2020	% 2021 vs 2020	% 2021 vs 2019
Novas lojas	25,6	15,0	71,0%	14,6
Reformas e Projetos em Lojas	16,1	13,6	18,6%	12,3
Logística, TI e Outros	43,4	30,1	44,4%	18,5
<b>Total Investimentos</b>	<b>85,1</b>	<b>58,6</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,4</b>

**SOBRE A QUERO-QUERO** - Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul. A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando 465 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito de bandeira própria "VerdeCard".

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)**

ATIVO				
	Notas Explicativas	Controladora	Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/20
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	117.335	417.497	256.351
Aplicações financeiras	7	5.849	91.831	84.889
Contas a receber de clientes	8	150.272	91.831	833.144
Estoques	10	457.978	318.904	457.978
Impostos a recuperar	11	139.567	70.302	143.529
Despesas antecipadas		4.694	3.837	3.446
Outros créditos	13	33.203	46.129	43.720
<b>Total ativo circulante</b>		<b>908.898</b>	<b>953.901</b>	<b>1.823.057</b>
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber de clientes - LP	8	16	7	34.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	127.039	132.582	133.455
Impostos a recuperar LP	11	49.427	-	49.427
Depósitos judiciais		13.294	13.708	13.898
Despesas Antecipadas NC		2.496	2.265	4
Outros créditos - NC	13	487	209	490
FIDC Verdecard	9	236.964	188.652	-
Investimentos	15	63.303	73.055	-
Imobilizado	16	587.619	399.593	587.631
Intangível	17	27.532	24.657	49.443
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.108.177</b>	<b>834.728</b>	<b>869.013</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.017.075</b>	<b>1.788.629</b>	<b>2.692.070</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Notas Explicativas	Controladora	Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/20
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	18	434.477	357.261	434.477
Fornecedores conveniados	18	41.324	12.105	41.324
Empréstimos e financiamentos	19	109.494	167.908	109.494
Quotas seniores FIDC Verdecard CP	9	-	-	132.122
Passivos de Arrendamento - CP	32	57.991	45.837	57.991
Obrigações com conveniadas	31	-	-	147.685
Impostos e contribuições a recolher	22	19.310	15.904	20.176
Salários e férias a pagar	22	71.591	66.899	75.491
Receita diferida - CP	23	78	1.460	78
Dividendos a pagar		15.122	15.123	15.122
Obrigações por repasse		16.548	16.690	16.548
Outras obrigações	24	65.921	64.327	76.098
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>831.856</b>	<b>763.514</b>	<b>1.126.606</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos - NC	19	158.314	207.835	158.314
Quotas seniores FIDC Verdecard LP	9	-	-	378.320
Contas a pagar por aquisição de investimento - LP	20	18.476	47.775	18.476
Receita diferida - LP	23	157	235	157
Passivos de Arrendamento - LP	32	395.479	262.176	395.479
Outras obrigações - LP	24	48.153	48.153	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	23.131	27.767	25.056
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>643.710</b>	<b>545.788</b>	<b>1.023.955</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.017.075</b>	<b>1.788.629</b>	<b>2.692.070</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	25	450.563	450.563	450.563
Reserva de capital	25	(15.548)	(26.375)	(15.548)
Reserva Legal		7.227	3.816	7.227
Reserva de Incentivos Fiscais		11.243	6.916	11.243
Reserva de Lucros		88.024	44.407	88.024
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>541.509</b>	<b>479.327</b>	<b>541.509</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.017.075</b>	<b>1.788.629</b>	<b>2.692.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)**

	Notas Explicativas	Controladora	Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/20
<b>Receita operacional líquida</b>	26	<b>1.559.102</b>	<b>1.255.400</b>	<b>2.033.606</b>
Venda de mercadorias		1.482.386	1.182.733	1.482.386
Serviços prestados		76.716	72.667	55.120
<b>Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados</b>	27 e 29	<b>(1.037.352)</b>	<b>(820.039)</b>	<b>(1.239.663)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>521.750</b>	<b>435.361</b>	<b>793.943</b>
<b>Recursos (despesas) operacionais</b>				
Vendas	29	(418.839)	(343.674)	(429.187)
Administrativas e gerais	29	(110.854)	(90.937)	(188.390)
Resultado da equivalência patrimonial	15	8.583	16.274	-
Outras despesas operacionais, líquidas	28 e 29	(8.595)	(16.840)	(12.421)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(7.955)</b>	<b>184</b>	<b>163.945</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>				
Despesas financeiras	30	(113.590)	(72.939)	(114.988)
Receitas financeiras	30	208.990	161.494	43.292
<b>Total do Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>95.400</b>	<b>88.555</b>	<b>(71.696)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social</b>		<b>87.445</b>	<b>88.739</b>	<b>92.249</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(13.675)	(22.928)	(16.929)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(5.543)	2.055	(7.093)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>68.227</b>	<b>67.866</b>	<b>68.227</b>
<b>Atribuível aos:</b>				
Acionistas da controladora		68.227	67.866	68.227
<b>Lucro por ação</b>				
básico		0,36228	0,41164	0,36228
diluído		0,36248	0,41115	0,36248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)**

	Controladora	Consolidado	
	31/12/21	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	68.227	67.866	68.227
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas da Lojas Quero-Quero S.A.	68.227	67.866	68.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)**

	Notas Explicativas	Controladora	Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/20
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro do exercício		68.227	67.866	68.227
<b>Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	16 e 17	80.106	59.799	82.340
Reversão créditos fiscais depreciação e amortização		3.398	2.562	3.398
Créditos fiscais passivo de arrendamento	32	1.377	826	1.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		750	(367)	3.615
Equivalência patrimonial	15	(8.583)	(16.274)	-
Ganho na venda e/ou custo de ativo imobilizado e intangível baixados	28	(2.168)	(11)	(2.168)
Encargos financeiros sobre contas a pagar por aquisição de investimento	20	780	1.287	780
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	19	23.316	18.801	23.316
Encargos financeiros passivo de arrendamentos	32	30.730	19.389	30.730
Plano de opção de compra de ações		11.027	2.615	11.027
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	28	(4.914)	18.535	(4.623)
Provisão para perdas em estoques	10	955	(1.023)	955
Apropriação receita diferida	23	(1.460)	(1.358)	(1.460)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	5.543	(2.055)	7.093
<b>Lucro Ajustado</b>		<b>209.084</b>	<b>170.922</b>	<b>255.607</b>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		(57.076)	7.448	(237.898)
Estoques		(140.029)	(93.558)	(140.029)
Quotas subordinadas FIDC Verdecard		(48.312)	(87.671)	-
Créditos diversos		(106.440)	(40.667)	(109.618)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		101.275	53.278	101.275
Quotas seniores				

adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4 Estoques - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzido de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

3.5 Bonificações - As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6 Imobilizado - Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Despesas relacionadas a reparos e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 16 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos. Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8 Obrigações com conveniadas - Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à Rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.9 Demais direitos e obrigações - Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

3.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.12 Incentivos fiscais - A Companhia usufruiu de subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas, e são utilizados como abatimento na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social apurados pela Companhia. Posteriormente, no momento da destinação do lucro do exercício, os montantes de subvenção para investimentos são registrados na conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Além da subvenção para investimentos, a Companhia também se utiliza de outros incentivos fiscais utilizados como reduções na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo do Idoso, Incentivo ao Desporto, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.13 Ajustes a valor presente - As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimento das contas a receber. O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.

3.14 Arrendamentos - A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. A Companhia aplica isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor, ou seja, obrigações de até R\$ 24 por ano. Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a aluguéis ("Direito de Uso") e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos ("Máquinas e Equipamentos"). Os fluxos de pagamentos dos aluguéis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS (segundo lei nº 10.637/2002 e lei nº 10.833/2003), foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras que possuem relacionamento com a Companhia. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.

3.15 Plano de opção de compra de ações - Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa. As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações é registrado nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.

3.16 Receitas diferidas - As receitas diferidas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.

3.17 Demonstração do valor adicionado - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.18 Instrumentos financeiros - **3.18.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber. **Mensuração subsequente - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado** - Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. **Desreconhecimento de ativos financeiros** - Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- \* Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- \* A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.
- Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico. O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob

o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhoria da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

**3.18.2 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores convênios, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, quotas seniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, obrigações com conveniadas, e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente** - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**3.18.3 Instrumentos financeiros - apresentação líquida** - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.18.4 Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a Companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original. A Companhia não possui operações de derivativos em aberto na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.19 Apresentações de informações por segmentos - A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua e reporta suas informações ao Conselho de Administração, principal tomador de decisões, através de um único segmento operacional, sendo avaliadas as receitas obtidas pelas atividades de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito de forma segregada, porém toda a estrutura de custos e despesas sendo controladas de forma unificada.

**4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS**

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão afetar também períodos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas.

4.1 COVID-19 - Após um primeiro trimestre de 2021 em que vimos a situação da pandemia se agravar nas regiões onde atuamos, levando a um aumento nas restrições de operação do comércio, o segundo, terceiro e quarto trimestres trouxeram um cenário melhor, de redução de números de casos e avanço significativo da vacinação, e, portanto, menos restrições para a nossa operação. Durante todo o período de pandemia, nosso foco principal foi, e continua sendo, a preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes, aliado à viabilidade operacional da companhia em um período de muitas incertezas pelo qual passamos. A nossa atuação em setores considerados essenciais, como varejo de material de construção e correspondente bancário, mitigou os impactos negativos durante os períodos de maiores restrições, enquanto o uso de ferramentas digitais e vendas por telefone contribuíram para reduzir o impacto nas vendas de eletrodomésticos e móveis. Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia efetua e atualiza trimestralmente, uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

**5 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS**

5.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas  
As alterações do IFRS ocorridas em 2021 não produziram efeitos nessas demonstrações financeiras.

Descrição	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 01/01/2023
<b>Pronunciamento</b>	
Alterações da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante.	
Alterações à IAS 16 - Imobilizado	
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis.	

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos das alterações listadas acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

**6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Remuneração	Controladora		Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	
Caixa e bancos	3.144	4.892	10.431	6.130	
	3.144	4.892	10.431	6.130	
<b>Equivalentes de caixa:</b>					
Conta Corrente Remunerada	2 a 12% do CDI	7.528	11.322	19.786	25.474
Certificado de depósito bancário	70 a 128% do CDI	106.663	401.283	157.571	229.742
Letra Financeira do Tesouro	100% SELIC	-	-	1.509	-
Letra Financeira do Tesouro	97% do CDI	-	-	67.054	-
Notas do tesouro nacional	97% do CDI	-	-	-	14.091
		114.191	412.605	245.920	469.307
<b>Total</b>		<b>117.335</b>	<b>417.497</b>	<b>256.351</b>	<b>475.437</b>

**7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Remuneração	Controladora		Consolidado		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	
Certificado de depósito bancário	90% a 128% do CDI	5.849	5.401	5.849	5.401
Letra financeira do tesouro	100% do CDI	-	-	79.040	26.135
<b>Total</b>		<b>5.849</b>	<b>5.401</b>	<b>84.889</b>	<b>31.536</b>

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário no montante de R\$ 5.849 (R\$ 5.401 em 31 de dezembro de 2020), estão vinculadas a garantias emitidas para assegurar o cumprimento do instrumento particular de acordo operacional com parceiros institucionais, e também conforme nota explicativa nº 19, como garantia de linha de crédito tomada com instituição financeira. Com relação às letras financeiras do tesouro, o objetivo é garantir rentabilidade do caixa do FIDC Verdecard, não tendo portanto previsão de uso imediato, podendo ser resgatada havendo necessidade de caixa extraordinária do fundo, caso contrário a aplicação deverá permanecer até seu vencimento.

**8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Cartões de crédito - próprio (VerdeCard)	86.303	40.654	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	34.248	24.979	34.248	24.979
Outras contas a receber VerdeCard	2.124	-	-	-
Outros créditos e financiamentos	183	144	183	144
Financiamento próprio - Lojas (b)	34.578	27.699	95.264	64.016
Financiamento próprio - Conveniados Verde Card (c)	-	-	80.474	81.600
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	750.368	547.246
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	2.074	3.624	2.335	3.973
	<b>159.510</b>	<b>97.100</b>	<b>962.872</b>	<b>721.958</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.601)	(4.680)	(91.442)	(56.850)
Ajuste a valor presente	(3.621)	(582)	(3.621)	(582)
<b>Total</b>	<b>150.288</b>	<b>91.838</b>	<b>867.809</b>	<b>664.526</b>
<b>Circulante</b>				
Contas a receber de clientes	61.858	51.183	833.144	646.336
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	88.414	40.648	-	-
	150.272	91.831	833.144	646.336
<b>Não Circulante</b>				
Contas a receber de clientes	3	1	34.665	18.190
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	13	6	-	-
	16	7	34.665	18.190

a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros.  
b) Correspondem aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 451 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2020) incluídos no ativo não circulante. A Verde cedeu R\$ 24.995 em 14 de junho de 2021 de recebíveis de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de quotas subordinadas. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.  
c) Refere-se a financiamento de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 15 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2020) incluídos no ativo não circulante. A Verde cedeu R\$ 50.005 em 14 de junho de 2021 de recebíveis de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de quotas subordinadas. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.  
d) Refere-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras, e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 34.199 (R\$ 17.853 em 31 de dezembro de 2020), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a provisão de perdas desta carteira é apresentada na Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

**Vencimento de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
A vencer	147.146	89.613	796.753	621.896
Vencidos até 30 dias	6.073	1.824	51.258	29.827
Vencidos de 31 a 60 dias	539	562	21.723	10.601
Vencidos de 61 a 90 dias	308	178	15.293	7.576
Vencidos de 91 a 180 dias	590	480	30.594	14.453
Vencidos de 181 a 360 dias	526	255	42.923	33.223
Vencidos acima de 360 dias	4.328	4.188	4.328	4.382
<b>Total</b>	<b>159.510</b>	<b>97.100</b>	<b>962.872</b>	<b>721.958</b>

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e avalia fatores econômicos para constituir a provisão para perdas estimadas. Para os créditos vencidos a mais de 180 dias a companhia efetua o provisionamento de 100% do valor. Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de provisão para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
A vencer	115	52	119	52
Vencidos até 30 dias	88	45	3.212	1.276
Vencidos de 31 até 60 dias	121	65	8.444	3.325
Vencidos de 61 até 90 dias	124	1	8.385	3.585
Vencidos de 91 até 180 dias	299	74	24.031	11.007
Vencidos de 181 até 360 dias	526	255	42.923	33.223
Vencidos acima de 360 dias	4.328	4.188	4.328	4.382
<b>Total</b>	<b>5.601</b>	<b>4.680</b>	<b>91.442</b>	<b>56.850</b>

A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é pulverizada, além disso, as operações das vendas realizadas por meio do cartão de crédito VerdeCard são financiadas por instituições financeiras parceiras, conforme divulgado na nota explicativa 31.1.a. Devido ao potencial impacto no ambiente econômico trazido pela disseminação da pandemia do COVID-19, a Companhia realizou uma análise de conjuntura de forma a avaliar a necessidade de alteração na estrutura de cálculo de provisão. Os principais fatores analisados foram:

- (i) Possibilidade de afetar a renda disponível dos clientes que possuem faturas vencidas;
  - (ii) Acompanhamento da inadimplência de direitos de creditórios verificada em períodos pré e pós-COVID-19;
  - (iii) Condições econômicas mercadológicas que podem interferir nas taxas futuras de inadimplência.
- Com base nesta análise interna, a Companhia concluiu que o modelo atualmente utilizado para mensuração de perdas esperadas é capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos pela Companhia pois o modelo já inclui, de forma implícita em suas estimativas, o comportamento recente do consumidor, principalmente relativo à mudança gerada pela pandemia do COVID-19, seja em desemprego, renda, e na situação de pagamento. Portanto, não houve mudança nas técnicas de estimativa ou premissas relevantes feitas durante o período do relatório corrente. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Saldo inicial	(4.680)	(4.931)	(56.850)	(88.380)
Complemento da provisão líquida	(921)	-	(91.382)	(52.479)
Baixas efetuadas	-	251	56.790	84.009
<b>Saldo final</b>	<b>(5.601)</b>	<b>(4.680)</b>	<b>(91.442)</b>	<b>(56.850)</b>

**9 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Em março de 2018, foram iniciadas as operações do FIDC Verdecard, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução 2.907 do Banco Central do Brasil, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento do Fundo e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados das compras dos clientes do cartão VerdeCard. O FIDC Verdecard tem duração de até 10 (dez) anos contados a partir do início de suas operações, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. Não obstante, as quotas serão objeto de amortizações durante o prazo de vigência do Fundo. A estrutura de patrimônio do FIDC Verdecard, em 31 de dezembro de 2021 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/21	Valor 31/12/21
Subordinadas	(*)	36,46%	143.097	296.206
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	4,88%	95.000	39.617
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	11,09%	120.000	90.122
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	10,61%	100.000	86.177
Sênior - 5ª Série	CDI + 1,9% a.a.	12,32%	100.000	100.084
Sênior - 6ª Série	CDI + 2,4% a.a.	24,64%	200.000	200.176
<b>Total</b>			<b>758.097</b>	<b>812.382</b>

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/20	Valor 31/12/20
Subordinadas	(*)	43,83%	112.100	235.815
Sênior				

**continuação** **LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto**

a) Representa o saldo das quotas seniores emitidas pelo FIDC Verdecard com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas.  
 b) Representa o saldo dos custos incorridos para estruturação do FIDC Verdecard que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do Fundo, conforme cronograma de amortização das quotas seniores. O montante das quotas seniores, deduzido dos custos de estruturação, representam as obrigações com os demais colistas do fundo, e estão registrados em contas de passivo destas informações financeiras intermediárias consolidadas. As parcelas do passivo não circulante das quotas seniores do FIDC Verdecard vencem como segue:

Ano de Vencimento	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
2022	-	103.079
2023	168.203	79.920
2024	116.140	31.863
2025	66.336	-
2026	27.641	-
<b>Total</b>	<b>378.320</b>	<b>214.862</b>

**10 ESTOQUES**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Mercadorias para revenda	452.445	316.871
Estoque para demonstração	751	521
Estoque de uso e consumo próprio	6.117	2.025
Importações em andamento	717	584
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	(2.052)	(1.097)
<b>Total</b>	<b>457.978</b>	<b>318.904</b>

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 1.026.648 (R\$ 811.424 em 2020). O valor da provisão para perda dos estoques refere-se às prováveis perdas de desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(969)	(969)
Constituição de provisão	(128)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.097)	-
Constituição de provisão	(955)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.052)	-

**11 IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
ICMS (a)	118.422	51.999	118.422	51.999
Imposto de renda e contribuição social (b)	20.829	-	24.788	21
COFINS (c)	260	15.038	260	15.038
PIS (c)	56	3.265	56	3.265
INSS (c)	-	-	3	-
<b>Total</b>	<b>139.567</b>	<b>70.302</b>	<b>143.529</b>	<b>70.323</b>

**12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	110.258	(10.406)	99.852	(4.431)
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Receita Diferida	3.376	(162)	3.214	(3.214)
Ajuste a valor presente de clientes	358	(161)	197	1.033
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	335	44	379	325
Ajuste a valor presente de estoques	1.191	69	1.260	4.540
Provisão para dissídio coletivo	223	142	365	(179)
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	4.849	437	5.286	265
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.101	6.302	9.403	(1.670)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(2.321)	864	(1.457)	(3.859)
Arrendamento mercantil	4.674	2.110	6.784	3.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	575	(87)	488	115
Provisão bônus FIDC Verdecard	2.860	(2.860)	-	-
Outras provisões	1.048	5.763	6.811	(2.104)
<b>Total</b>	<b>130.527</b>	<b>2.055</b>	<b>132.582</b>	<b>(5.543)</b>

**13 PARTES RELACIONADAS**

(a) Corresponde principalmente a saldos de ICMS ST presumido a recuperar. A partir de 1º de janeiro de 2021 iniciou a vigência no estado do Rio Grande do Sul do DECRETO RS Nº 55.521/2020, condicionando a utilização dos créditos presumidos de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias, sujeitas à sistemática de substituição tributária, às respectivas quantidades de saída de mercadorias, através do valor médio ponderado unitário dos créditos apurados sobre as mercadorias adquiridas para revenda. A Companhia aderiu ao regime Regime Opcativo de Tributação da Substituição Tributária (ROT-RS) conforme DECRETO RS Nº 56.150/2021 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujo impacto trará o incremento do ICMS ST ao custo dos estoques e eliminará a incidência de ICMS ST efetivo no momento da revenda das mercadorias.

(b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar são decorrentes principalmente de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com outros tributos federais. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia ajuizou ação judicial buscando assegurar a não incidência do IRPJ e CSLL sobre juros SELIC antes do julgamento do STF, e desta forma registrou na data destas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.926 a ser compensado a partir do trânsito em julgado de sua ação judicial.

(c) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar referem-se principalmente a pagamentos a maior de exercícios anteriores que serão recuperados no exercício de 2022. Com relação à ação judicial da Companhia para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com número de processo 5030684-54.2013.404.7100, transitada em julgado em 18 de agosto de 2020 em sentido favorável, determinando expressamente a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de saída da base de cálculo das referidas contribuições, a Companhia mensurou os valores a serem recuperados de acordo com a determinação na sentença da ação judicial transitada em julgado, e obteve o deferimento do pedido de habilitação perante a Receita Federal do Brasil em 15 de dezembro de 2020, relativo aos períodos de apuração de 05/2010 a 06/2017, compensando em sua totalidade os referidos créditos com os próprios tributos no exercício de 2021.

(d) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar classificados no não circulante referem-se a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com número de processo 5005075-32.2019.4.04.7105, transitada em julgado em 04 de fevereiro de 2020 em sentido favorável, compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008. A Companhia finalizou a mensuração dos referidos créditos, e registrou contabilmente os montantes na data destas demonstrações financeiras. Os valores não foram registrados anteriormente pela Companhia, pois a mesma estava realizando o levantamento de toda a documentação necessária do período para poder analisar e mensurar com confiabilidade os montantes a serem restituídos. Esses valores serão recuperados pela Companhia através de pedido de compensação perante a Receita Federal do Brasil, e serão repassados conforme contrato firmado entre as partes para antigos controladores fundadores, uma vez que contratualmente os créditos deste período são de direito dos mesmos. A obrigação de repasse dos montantes a serem restituídos está registrada na rubrica de outras obrigações do balanço patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24. Os registros contábeis dos referidos créditos não trouxeram impactos contábeis no resultado líquido do período, visto que os mesmos são de direito dos antigos controladores fundadores, e serão repassados após a conclusão da restituição junto a Receita Federal do Brasil.

**14 OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Créditos a receber de fornecedores (a)	24.071	14.545	24.234	14.617
Adiantamento a colaboradores	2.624	2.197	2.857	2.348
Contas a receber ex-controladores (b)	5.873	29.281	5.960	29.459
Outros	635	106	10.669	11.063
Subtotal	<b>33.203</b>	<b>46.129</b>	<b>43.720</b>	<b>57.487</b>
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber ex-controladores (b)	386	108	389	112
Outros	101	101	101	101
Subtotal	<b>487</b>	<b>209</b>	<b>490</b>	<b>213</b>
<b>Total</b>	<b>33.690</b>	<b>46.338</b>	<b>44.210</b>	<b>57.700</b>

a) Saldos acordados de ressarcimento de verba de propaganda cooperada, e bonificações de fornecedores por crescimento de volume de vendas.

b) Contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade, em função de sua competência, dos antigos controladores fundadores, conforme contrato firmado entre as partes. Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia liquidou processo judicial que estava em andamento e efetivou pagamento no montante de R\$ 21.500 deste contrato a receber abatendo do contas a pagar por aquisição de investimento (nota explicativa nº 20), após a elaboração de instrumento particular de transação datado de 17 de maio de 2021. Os saldos remanescentes classificados no ativo circulante possuem expectativa de liquidação para os próximos 12 meses, e os valores provisionados no ativo não circulante se realizarão somente após a liquidação efetiva dos processos judiciais que estão em andamento até a data destas demonstrações financeiras.

**15 INVESTIMENTOS**

Os investimentos em controladas estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Verde Administradora de cartões de Crédito S.A.	1	5	-	-
Contas a receber	86.304	40.659	-	-
Dividendos a receber	2.124	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	16.211	-
Despesas com vendas e administrativas	-	-	(50.174)	(38.084)
Despesas/Receitas financeiras	-	-	-	184
<b>Total</b>	<b>88.429</b>	<b>46.724</b>	<b>16.037</b>	<b>(37.900)</b>

**16 IMOBILIZADO**

Os valores a receber da Verde correspondem às vendas realizadas pela Companhia, através do cartão VerdeCard. Essas vendas não possuem taxas de juros atreladas, e possuem em quase sua totalidade prazo para liquidação inferior a 12 meses. As contas a pagar referem-se a ressarcimento

de despesas a ser liquidado. Os montantes de despesas com vendas e administrativas referem-se a reembolso de despesas pagas para a controladora Lojas Quero-Quero. Dividendos a receber referem-se ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2021 a ser liquidado no ano de 2022, e dividendos recebidos referem-se ao montante de dividendos recebidos pela Companhia em 7 de maio de 2021 referente ao exercício de 2020. Os montantes de despesas com vendas e administrativas pagas para a controladora Sentinela dos Pampas, referem-se a reembolso de despesas pagas pela controladora Lojas Quero-Quero. O valor de contas a receber do FIDC Verdecard, conforme detalhado na nota explicativa nº 9, refere-se aos montantes de quotas subordinadas subscritas pela Companhia, bem como a rentabilidade das mesmas ainda não recebidas, e o valor das receitas financeiras refere-se à rentabilização das quotas subordinadas no exercício. O montante registrado em Outras partes relacionadas refere-se a operação de mútuo entre a Companhia e seus Administradores. As despesas e receitas financeiras registradas referem-se à correção dessas contas a receber, a uma taxa de juros correspondente a variação do CDI + 2% a.a. Em 17 de julho de 2020, foi liquidada a operação de mútuo entre a Companhia e seus Administradores, no valor total atualizado de R\$ 11.647. Os benefícios proporcionados pela Companhia na forma de remuneração aos seus Administradores estavam assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Remuneração	10.426	10.939	-	-
Benefícios	592	504	-	-
<b>Total</b>	<b>11.018</b>	<b>11.443</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Além dos benefícios demonstrados na tabela anterior, a Companhia possui plano de opção de compra de ações, onde os Administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano conforme nota explicativa nº 25.4. O valor da despesa relativa às opções do Plano 2020 registrado nas demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 6.390. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. E política interna da Companhia o pagamento de premiação anual aos seus Administradores de acordo com o atingimento de metas pré-estabelecidas.

**17 INTANGÍVEL**

Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	10.947	41.020	10.947	41.020
Softwares	-	5.600	-	5.600
Projeto Cartão Verde	-	54	-	282
Sistemas desenvolvidos	-	1.724	-	1.151
Outros ativos intangíveis	-	4.277	-	4.395
<b>Total Intangível</b>	<b>10.947</b>	<b>52.575</b>	<b>10.947</b>	<b>52.448</b>

Os montantes registrados como outros ativos intangíveis referem-se a demais projetos aplicados no desenvolvimento das atividades da Companhia.

**Movimentação do Intangível**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20
Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	10.947	41.020	10.947	41.020
Softwares	-	5.600	-	5.600
Projeto Cartão Verde	-	54	-	282
Sistemas desenvolvidos	-	1.724	-	1.151
Outros ativos intangíveis	-	4.277	-	4.395
<b>Total Intangível</b>	<b>10.947</b>	<b>52.575</b>	<b>10.947</b>	<b>52.448</b>

**Movimentação do Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Terrenos	67	83	67	83
Prédios e edificações	1.374	1.374	1.374	1.374
Máquinas e equipamentos	3.365	3.365	3.365	3.365
Móveis e utensílios	35.269	35.269	35.269	35.269
Veículos	5.658	5.658	5.658	5.658
Computadores e periféricos	25.668	25.668	25.668	25.668
Benefitória Imóveis terceiros	52.041	52.041	52.041	52.041
Imobilizado em andamento	23.189	23.189	23.189	23.189
Arrendamento direitos de uso - alugueis de lojas	307.420	307.420	307.420	307.420
Arrendamento máquinas e equipamentos	4.448	4.448	4.448	4.448
<b>Total</b>	<b>458.515</b>	<b>458.515</b>	<b>458.515</b>	<b>458.515</b>

**Movimentação do Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.365	35.269
Adições	-	-	584	8.381
Baixas	-	-	(5)	(5)
Transferências	-	-	(13)	2.268
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.936	45.913
Adições	-	-	1.555	20.093
Baixas	(16)	(1.266)	-	(6)
Transferências	-	-	6.856	575
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67	108	5.491	72.862

**Movimentação do Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.365	35.269
Adições	-	-	585	8.382
Baixas	-	-	(5)	(5)
Transferências	-	-	(13)	2.268
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.947	45.993
Adições	-	-	1.555	20.093
Baixas	(16)	(1.266)	-	(6)
Transferências	-	-	6.856	575
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67	108	5.502	72.942

**Movimentação do Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.365	35.269
Adições	-	-	585	8.382
Baixas	-	-	(5)	(5)
Transferências	-	-	(13)	2.268
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.947	45.993
Adições	-	-	1.555	20.093
Baixas	(16)	(1.266)	-	(6)
Transferências	-	-	6.856	575
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67	108	5.502	72.942

A taxa média de depreciação de arrendamento direitos de uso - alugueis lojas é de 14,34%, e está apresentada no resultado do exercício líquido de créditos fiscais de R\$ 3.398 (R\$ 2.562 em 2020), conforme divulgado na nota explicativa nº 29. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e portanto não foi necessário efetuar o teste de impairment.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.445	88.739	92.249	98.442
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada:	(29.371)	(30.171)	(31.365)	(33.470)
Efeito da equivalência patrimonial (Adições) Excluídas permanentes:	2.918	5.533	-	-
Despesas não dedutíveis	(6.05			

**continuação** **LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto**

**Amortização Acumulada**

Fundos de comércio na aquisição de pontos comerciais	Softwares		Projeto Cartão Verde		Sistemas desenvolvidos		Outros ativos intangíveis		Total
	Software	Verde	Projeto	Cartão	Sistemas	desenvolvidos	Outros	ativos	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.484)	(28.713)	(6.015)	(5.417)	(1.373)	(5.417)	(1.373)	(5.417)	(52.002)
Adições	(83)	(2.438)	(94)	(1.574)	(205)	(1.574)	(205)	(1.574)	(4.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(10.567)	(31.151)	(6.109)	(6.991)	(1.668)	(6.991)	(1.668)	(6.991)	(56.486)
Adições	(82)	(2.878)	(94)	(2.383)	(281)	(2.383)	(281)	(2.383)	(5.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(10.649)	(34.029)	(6.203)	(9.374)	(1.949)	(9.374)	(1.949)	(9.374)	(62.204)
Valor Residual em 31/12/2019	463	15.745	470	5.042	16.689	5.042	16.689	5.042	38.409
Valor Residual em 31/12/2020	380	18.921	376	13.080	10.757	13.080	10.757	13.080	43.514
Valor Residual em 31/12/2021	298	21.376	282	20.523	6.964	20.523	6.964	20.523	49.443

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerariam benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, portanto não foi necessário efetuar o teste de impairment.

**18 FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO**

Fornecedores (a)	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Ajuste a valor presente	450.117	361.550
Total Fornecedores	15.640	(4.289)
Fornecedores - convênio (b)	41.324	12.105
Total Fornecedores Convênio	41.324	12.105

a) Representa o saldo a pagar pela compra de mercadorias a prazo junto a fornecedores, registrado a valor presente na data da transação com prazo médio de 104 dias (96 dias em 31 de dezembro de 2020). Inclui também financiamento direto por certos fornecedores no montante de R\$ 27.845 (R\$ 19.555 em 31 de dezembro de 2020) com prazo médio de 61 dias (45 dias em 31 de dezembro de 2020) sujeito a juros de mercado.

b) Tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente da rubrica fornecedores no balanço patrimonial. Movimentação do ajuste a valor presente:

Saldo no início do período	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Ajuste a valor presente	(4.289)	(6.830)
Realização do ajuste a valor presente	(28.766)	(13.616)
Saldo no final do período	17.415	16.157
	(15.640)	(4.289)

A Companhia utilizou a taxa de 0,94% mensal (0,36% em 2020) para cálculo de ajuste a valor presente.

**19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Em moeda nacional	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			31/12/20	31/12/19
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,35% a.a. + CDI	2021	-	8.704
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,67% a.a. + CDI	2021 a 2024	150.470	184.964
Capital de giro	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2021 a 2024	15.439	58.677
Debêntures (a)	Juros de 1,50% a.a. + CDI	2024	101.641	123.042
Consórcio		2024	258	356
Total			267.808	375.743
Circulante			109.949	167.908
Não circulante			158.314	207.835

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Indexador - 2021 - 2020

CDI (12 meses) - 4,39% - 2,75%

a) Representa o saldo de 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional na forma da garantia real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de caules e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de 1,50% a.a. + CDI. As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Ano de Vencimento	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
2022	-	87.056
2023	89.891	64.859
2024	68.423	55.920
Total	158.314	207.835

Os empréstimos e financiamentos referem-se, principalmente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Companhia. A movimentação apresentada nas atividades de financiamento do fluxo de caixa é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Captações - capital de giro	335.999	92.219
Variação monetária e juros	19.156	19.156
Amortização de juros	(11.119)	(11.119)
Amortização de principal	(60.512)	(60.512)
Em 31 de dezembro de 2020	375.743	375.743
Captações - capital de giro	30.000	23.316
Variação monetária e juros	23.316	23.316
Amortização de juros	(24.910)	(24.910)
Amortização de principal	(136.341)	(136.341)
Em 31 de dezembro de 2021	267.808	267.808

**20 CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO**

Contas a pagar por aquisição de investimento refere-se à retenção contratual para garantia do cumprimento de obrigações assumidas pelos antigos acionistas fundadores da Companhia conforme Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, celebrado em 5 de outubro de 2010. O passivo foi assumido pela Companhia como resultado de reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2016. A dívida está sujeita à atualização com base em 100% da taxa DI. A movimentação do saldo de contas a pagar está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Atualização	46.488	46.488
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.287	1.287
Atualização	47.775	780
Amortização	(30.079)	(30.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.476	18.476

Em 17 de maio de 2021 foi celebrado instrumento particular de transação entre a Companhia e antigos controladores fundadores, amortizando parte do contas a pagar por aquisição de investimento com o contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade dos mesmos.

**21 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As provisões constituídas para as ações consideradas de perda provável são as seguintes:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Cíveis (a)	583	7.206	(390)	1.686
Trabalhistas (b)	2.660	1.502	(1.115)	3.047
Tributárias				
Federal (c)	5.945	12.430	(1.054)	17.321
Total provisões	9.188	21.138	(2.559)	27.767

As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração. Descritivo do que se referem às causas cíveis e trabalhistas prováveis: a) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância. A ação ajuizada exigindo o recolhimento de contribuições de direitos autorais, referente a reproduções audiovisuais realizadas nas lojas da Companhia, foi liquidada através de acordo entre as partes, tendo sua provisão revertida no exercício de 2021.

b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras e rescisões.

c) Refere-se principalmente a discussões que envolvem a incidência da contribuição previdenciária sobre o tempo de férias, e também a discussões que envolvem o afastamento da incidência das contribuições de PIS e COFINS sobre a venda a varejo dos produtos de tecnologia relacionados no programa de inclusão digital. Com relação a incidência da contribuição previdenciária sobre o tempo de férias, a Companhia possui ação judicial sobre o tema, mas com o julgamento da matéria pelo STF ocorrido em 28 de agosto de 2020, decidindo em caráter de repercussão geral (RE 1.072.485), quanto à constitucionalidade da incidência da referida contribuição, a Companhia junto aos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda dos montantes não recolhidos compreendendo os períodos de 2008 a 2020 se torna provável, e por esse motivo constituiu provisão dos montantes em suas demonstrações financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, existe contrato entre a Companhia e os antigos controladores fundadores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data de venda da empresa. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável. Em relação às ações cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais, não foram constituídas provisões. A composição desses processos que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores fundadores é a seguinte:

Natureza	31/12/21		31/12/20	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Trabalhista (a)	1.082	1.058	1.082	1.058
Cível (b)	6.146	4.648	6.146	4.648
Tributárias	811	1.345	811	1.345
Total	8.039	7.051	8.039	7.051

a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões, não tendo nenhum processo específico em relevância. b) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.

**22 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
IR a recolher	4.953	4.392	5.198	4.887
PIS a recolher	895	1.156	928	1.277
COFINS a recolher	4.107	5.334	4.359	5.982
CSLL a recolher	-	507	2	753
ICMS a recolher	9.112	4.090	9.112	4.090
ISS a recolher	243	425	577	590
Total	19.310	15.904	20.176	17.579

**23 RECEITAS DIFERIDAS**

Nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016 a Companhia celebrou contrato com parceiros comerciais para comercialização de produto de seguros pactuados em contratos operacionais firmados entre as partes. A companhia recebeu a título de receita de remuneração das seguradoras nestes períodos o montante de R\$ 25.925 pela cessão do direito de uso do canal de distribuição que foram reconhecidos integralmente no resultado até o ano de 2021, à medida que a prestação do serviço de comercialização dos produtos financeiros das seguradoras foi efetuada. No exercício de 2020 a Companhia recebeu também adiantamento a título de remuneração por conta de contrato firmado com o banco parceiro, referente à concessão do direito de exclusividade para a realização do processamento da folha de pagamento de todos os seus colaboradores, que serão reconhecidos no resultado até o ano de 2024, à medida que a prestação dos serviços seja efetuada. A estimativa da Administração para a realização destas receitas diferidas e seu respectivo reconhecimento no resultado do exercício de acordo com a prestação de serviço, está demonstrado conforme segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
2021	-	-	-	1.460
2022	78	78	78	78
2023	79	79	79	79
2024	-	-	-	-
Total	235	1.695	235	1.695

**24 OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Obrigações com clientes (a)	65.892	64.322	67.612	65.124
Repasse da operação de produtos financeiros	-	-	3.325	2.511
Obrigações com ex-controladores (b)	48.153	-	48.153	-
Outras Obrigações	29	5	5.161	2.627
Total	114.074	64.327	124.251	70.262

Circulante - 65.921 - 64.327 - 76.098 - 70.262

Não circulante - 48.153 - - - 48.153 - -

a) Referem-se a vendas de mercadorias ainda não entregues, e também a saldos credores de clientes que podem ser usados como pagamento em compras na Companhia.

b) Refere-se ao valor a ser repassado a antigos controladores fundadores da Companhia conforme previsão contratual entre as partes, correspondendo ao montante líquido a ser restituído junto a Receita Federal do Brasil, relativo a ação transitada em julgado de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme descrito no item "d" da nota explicativa nº 11.

**25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital Social** - A Companhia não é controlada, direta ou indiretamente, por outra entidade ou pessoa física. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social da Companhia é representado por 187.290.269, ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 450.563.

b) **Reserva de capital** - Em 31 de dezembro de 2021, os valores registrados na conta de reserva de capital correspondem aos montantes constituídos a título de plano de opção de ações, e os gastos de emissão de ações em decorrência da oferta pública de ações.

c) **Reserva legal** - Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui registrado na rubrica de Reserva legal o montante de R\$ 7.227 (R\$ 3.816 em 2020). A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) **Reserva de incentivos fiscais** - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus impactos no resultado. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17 e em conformidade com a Lei 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 11.243 (R\$ 6.916 em 2020).

e) **Reserva de investimentos e expansão** - Conforme estipulado no estatuto social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição de reserva legal, reserva de incentivos fiscais, e dividendos propostos será destinado à reserva de lucros denominada reserva de investimentos e expansão, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas. O saldo desta reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva de investimentos e expansão é de R\$ 37.489.

25.1 Oferta pública de ações - A Companhia obteve registro em 7 de agosto de 2020 de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a oferta pública de distribuição primária e secundária de 176.424.212 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), sendo: (i) 22.123.894 novas ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); (ii) 154.300.318 Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária"), e em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta", ao preço de R\$ 12,65 por Ação ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R\$ 2.231.766. A Companhia incorreu com R\$ 31.670 em gastos com a Oferta. Esses gastos estão apresentados nestas demonstrações financeiras em Gastos com emissão de ações, registrados no Patrimônio líquido.

25.2 Dividendos - O estatuto social da Companhia determina que por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 202 da referida lei.

No dia 15 de dezembro de 2021 foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de R\$ 23.000 de juros sobre capital próprio (JCP) relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando que os JCP são imputados aos dividendos, o total de R\$ 16.872 (R\$ 15.122 liquidados do imposto de renda retido na fonte) referente aos dividendos mínimos obrigatórios foi registrado no passivo circulante, e o saldo remanescente de R\$ 6.128 foi registrado em conta de dividendo adicional proposto no grupo de reserva de lucros no patrimônio líquido.

Lucro líquido do exercício	31/12/21		31/12/20	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício)	68.227	67.866	(3.411)	(3.393)
Reserva para incentivos fiscais	(4.327)	(3.980)	(4.327)	(3.980)
Base de cálculo dos dividendos	60.489	60.493	60.489	60.493
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	15.122	15.123	15.122	15.123
Dividendo adicional proposto	6.128	-	6.128	-
Total	21.250	15.123	21.250	15.123

Os montantes de dividendos, apurados e consignados nas demonstrações financeiras de 2020, foram pagos no dia 07 de maio de 2021.

25.3 Lucro por Ação - O Lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/12/2021	Média ponderada	
	01/01/2021 a 31/12/2021	187.290.269
01/01/20 a 09/07/20	72.292.087	+ 12.062.561
06/08/20 a 23/09/20	24.853.256	+ 50.660.483
24/09/20 a 31/12/20	164.868.386	-

**Lucro básico**

Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	31/12/2021		31/12/2020	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	187.290	164.868	187.290	164.868
Lucro básico por ação ordinária	0,36428	0,41114	0,36428	0,41114

b) **Lucro diluído por ação**: O Lucro diluído por ações da Companhia para o exercício de 2021, considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações de 2020.

Lucro diluído	31/12/2021		31/12/2020	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	68.227	67.866	68.227	67.866
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	187.290	164.868	187.290	164.868
Incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções (em milhares)	930	197	930	197
Lucro diluído por ação ordinária	0,36248	0,41115	0,36248	0,41115

25.4 Plano de opção de compra de ações - 25.4.1 Plano 2020 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2020, foi aprovado o Plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano 2020"). O Plano 2020 estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), nos termos do art. 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. São elegíveis ao Plano 2020 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas, e que sejam selecionados a exclusivo

critério do Conselho de Administração para receberem opção de compra que atribui ao seu titular o direito à aquisição de Ações, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano 2020 ("Participantes" e "Opções", respect

continuação >>> LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

30 RESULTADO FINANCEIRO

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/21, 31/12/20. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, and Resultado financeiro.

(a) Refere-se a atualização do crédito da ação transitada em julgamento de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a ser restituído junto a Receita Federal do Brasil, conforme descrito no item "d" da nota explicativa nº 11.

(b) Refere-se a atualização do crédito da ação transitada em julgamento de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a ser restituído junto a Receita Federal do Brasil, líquido de PIS e COFINS sobre a receita financeira, a ser repassado aos antigos controladores fundadores, conforme descrito no item "d" da nota explicativa nº 11, e item "b" da nota explicativa nº 24.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/21, 31/12/20. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros, and Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado.

31.1 - Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias:

a) Risco de Crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidos com instituições financeiras e a posição de contas a receber de clientes geradas em suas transações comerciais.

\* Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, os investimentos em instituições financeiras são alvo de análises as quais levam em consideração limites monetários e as avaliações das instituições financeiras.

\* Contas a receber: As políticas de vendas da Companhia buscam minimizar esse risco por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

O risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito seja ele próprio ou de terceiros. Nas transações com cartão de crédito próprio, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para a instituição financeira parceira do cartão, proporcionando por esse motivo o desconhecimento desse contas a receber. Nas transações envolvendo cartões de crédito terceiros, o risco de crédito pertence à instituição emissora do cartão do cliente. A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamento próprio, no montante de R\$ 91.442 (R\$ 56.850 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

b) Risco de Mercado - Taxa de juros - Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI.

c) Risco de Taxa de Câmbio - A Companhia eventualmente realiza algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições a variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas pela captação de capital de giro em dólar norte americano. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam operações de derivativos contratados para proteção cambial.

d) Risco de Gestão de Capital - O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital em montante suficiente para dar apoio aos negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício de 2021.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/21, 31/12/20. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, Empréstimos e financiamentos, e Risco de Liquidez.

Table with columns: Controladora, Fluxo de caixa, 31 de dezembro de 2021. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos e financiamentos, Financiamentos quotas, etc.

Table with columns: Controladora, Fluxo de caixa, 31 de dezembro de 2021. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Controladora, Fluxo de caixa, 31 de dezembro de 2021. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Controladora, Fluxo de caixa, 31 de dezembro de 2021. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Controladora, Fluxo de caixa, 31 de dezembro de 2021. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Controladora, Fluxo de caixa, 31 de dezembro de 2021. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Empréstimos e financiamentos, etc.

31.2 - Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros - A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 31.1.b.

31.2.1 Análise de sensibilidade da taxa de juros - Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou uma redução de 200 pontos base é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 22% mais altas/baixas, equivalente a uma variação de 200 pontos base, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício de 2021 diminuiria/aumentaria em R\$ 5.210. Isso ocorre principalmente devido à exposição do Grupo a taxas de juros pós-fixadas vinculadas a obrigações.

31.3 Mensuração de valor justo - A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo de amortização, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme CPC 46 e a IFRS 13, os quais referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas - ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados. Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuros e descontados a valor presente considerando taxas de mercado atuais para cada operação. A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos de ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

Table with columns: Ativos financeiros, Passivos financeiros, Empréstimos e financiamentos (custo amortizado). Rows include Aplicações financeiras LFT, Aplicações financeiras CDB, etc.

31.4 - Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

32 ARRENDAMENTOS

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto utilizadas para o desconto a valor presente dos fluxos de pagamentos dos atuguéis, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Table with columns: Contratos por prazo e taxa de desconto, Controladora e Consolidado, 31/12/21, 31/12/20. Rows include 1 a 5 anos, 5 a 10 anos, > 10 anos.

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Table with columns: Passivo de Arrendamento, Controladora e Consolidado, 31/12/21, 31/12/20. Rows include Saldo em 31/12/2019, Adições, Remensurações/Baixas, etc.

A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

Tabela Comparativa de Aplicações do IFRS 16 / CPC 06 (R2) considerando inflação (Direito de Uso)

Table with columns: (Em milhares de Reais), Ano 0, Ano 1, Ano 2, Ano 3, Ano 4, Ano 5, Ano 6, Ano 7, Ano 8, Ano 9, Ano 10, Ano 11, Ano 12, Ano 13, Ano 14, Ano 15, Ano 16, Ano 17, Ano 18, Ano 19, Ano 20, Ano 21. Rows include Passivo de Arrendamento, Ativo de Arrendamento, Despesa Financeira, Despesa de Depreciação.

33 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os valores de coberturas de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/21. Rows include Patrimonial, Danos materiais por incêndio, Danos materiais por vendaval, Danos em vidros e luminosos, Danos elétricos, etc.

34 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Table with columns: DIRETORIA, Peter Takaharu Furukawa - Diretor Presidente, Jean Pablo de Mello - Diretor Financeiro.

Table with columns: CONTADOR, Cleiton Worm dos Santos, Contador - CRCRS 090097/O.

O quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo contábil:

Table with columns: Maturidade dos Contratos, Controladora e Consolidado, 31/12/2020. Rows include Vencimentos das prestações (R\$ Mil), < 1 ano, 1 a 5 anos, 5 a 10 anos, > 10 anos.

Table with columns: Maturidade dos Contratos, Controladora e Consolidado, 31/12/2021. Rows include Vencimentos das prestações (R\$ Mil), < 1 ano, 1 a 5 anos, 5 a 10 anos, > 10 anos.

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe do ativo:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 31/12/2021. Rows include Ativo de Arrendamento, Saldo em 31/12/2019, Adições, etc.

Table with columns: Controladora e Consolidado, 31/12/2020. Rows include Total de Obrigações, Ajustado a Valor Presente, Total de Obrigações, Ajustado a Valor Presente.

Table with columns: Controladora e Consolidado, 31/12/2021. Rows include Total de Obrigações, Ajustado a Valor Presente, Total de Obrigações, Ajustado a Valor Presente.

Table with columns: Controladora e Consolidado, 31/12/2021. Rows include Impactos provocados pela plena aplicação do CPC06 (R2), Contraprestações pagas, Contraprestações pagas líquidas, etc.

A Companhia em plena conformidade com o IFRS 16 / CPC06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa real descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, (conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)), ao mesmo tempo que o valor presente foi obtido através da aplicação de uma taxa de juros nominal, ou seja, que inclui componente inflacionário futuro. Portanto, embora a metodologia contábil utilizada esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16 / CPC 06 (R2), ela gera diferenças na informação devido ao descausamento entre fluxo de caixa a valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16 / CPC06 (R2).

Table with columns: Controladora e Consolidado, 31/12/2021. Rows include Impactos provocados pela plena aplicação do CPC06 (R2), Contraprestações pagas, Contraprestações pagas líquidas, etc.

As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 6.

A Administração da Companhia classificou os juros pagos sobre financiamentos, arrendamentos e mútuo como fluxos de caixa de financiamento porque tratam-se de custos de obtenção de recursos financeiros.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/21, 31/12/20. Rows include Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis, sujeito a ressarcimento por antigos controladores, Impostos a recuperar, etc.

Em 5 de janeiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e em 15 de fevereiro de 2022 na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, a alteração da denominação social da controlada Verde para Quero-Quero Verdecard Instituição de Pagamento S.A.

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia procedeu com a 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$ 150.000, equivalente a 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de CDI + 1,75% a.a.

Em 27 de janeiro de 2021 foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia, deliberando sobre a aprovação do 3º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("3º Programa") no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2020 ("SOP 2020"). O 3º Programa foi aprovado, no âmbito do SOP 2020, contemplando a alocação de 1.040.000 (um milhão e quarenta mil) Opções para determinados executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia.

Table with columns: CONTADOR, Cleiton Worm dos Santos, Contador - CRCRS 090097/O.

continuação >>>

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4 - Companhia de Capital Aberto

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Lojas Quero-Quero S.A.

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lojas Quero-Quero S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento de Receita: Conforme divulgado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, parte substancial das receitas da Companhia são relacionadas com as atividades de negócio de Varejo e Cartões de Crédito. As receitas de vendas de mercadorias nas lojas são compostas por um grande volume de transações descentralizadas e de pequeno valor, e as receitas de cartão de crédito são compostas de taxa de administração cobrada das empresas conveniadas com base nos valores transacionados com os cartões de crédito e receita de anuidade cobrada dos usuários do cartão de crédito. Concluído o processamento do faturamento nas lojas e de mensuração das receitas de cartão de crédito, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas auxiliares e o sistema contábil. Devido ao alto grau de informatização do processo de reconhecimento de receita, ao grande volume de itens faturados, à relevância dos controles associados com o processo de faturamento e mensuração das receitas de cartão de crédito, bem como à representatividade das receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e o teste do desenho dos controles internos relevantes implementados pela Diretoria sobre o reconhecimento da receita; (b) o teste da integridade entre os sistemas auxiliares e o sistema contábil; (c) a avaliação dos lançamentos manuais efetuados diretamente no sistema contábil; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas de vendas de mercadorias e das receitas de anuidade, e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (e) a execução de testes sobre as transações das receitas de taxa de administração realizadas durante o período, com base em amostras, para verificar a documentação comprobatória que suportava os registros contábeis; e (f) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem a Mensagem da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange a Mensagem da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler a Mensagem da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante na Mensagem da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 9 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Jonas Dal Ponte  
Contador - CRC nº RS 058908/O-1

**Deloitte.**

ri.queroquero.com.br

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# LINCK Linck Máquinas S.A.

CNPJ nº 92.747.492/0001-00 - NIRE 43 3 0001863 6

**Relatório da Administração Exercício 2021**  
**Senhores Acionistas:** Submetemos o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Controladora LINCK Máquinas S/A e de sua Controlada LINCK Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais LTDA, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.  
**CONTEXTO DE MERCADO:** No ano de 2021 continuamos captando as excelentes oportunidades que o mercado de máquinas de construção ofereceu na Região Sul, onde foi registrado um crescimento sobre o ano anterior de 28% totalizando 6.992 unidades comercializadas contra 5.481 em 2020. No Brasil o mercado de equipamentos registrou um crescimento ainda maior que o regional, atingindo a marca de 31.763 unidades vendidas e um crescimento de 36% sobre o ano anterior. Destacamos novamente que continuamos sem contar com os produtos Retroescavadeira e Motoniveladoras no nosso portfólio e que estes produtos somados representam 31% do mercado de equipamentos da região sul.  
**CONTEXTO OPERACIONAL:** No ano de 2021 continuamos sob o cenário da pandemia mundial (Covid-19), tomando todos os cuidados com a nossa gente e mantendo a nossa conduta norteada pelo nosso princípio da "segurança das pessoas acima de tudo". Neste contexto de pandemia mundial, registramos o grande desafio logístico que enfrentamos em decorrência dos atrasos de produção por conta das rupturas nas cadeias logísticas mundiais e na grave crise dos containers. Assim como no ano anterior, mesmo diante do cenário de pandemia, destacamos que obtivemos excelentes resultados e atingimos a excelente marca de 644 unidades de máquinas novas comercializadas contra 385 unidades registradas em 2020, obtendo um crescimento de 67,2%. Na área de Pós-Vendas o crescimento das nossas receitas no ano foi de 39% sobre o ano anterior, chegando a um índice de absorção de 110%. Continuamos com os nossos propósitos de uso racional dos recursos disponíveis, buscando o lucro para perpetuação do negócio e focados em satisfazer as necessidades dos nossos clientes.  
**DESEMPENHO FINANCEIRO:** Temos a grande satisfação de apontar que no exercício de 2021, eliminamos todo o prejuízo acumulado, originado na crise de mercado registrada nos anos de 2015 a 2017. Esta recuperação esteve calcada na estratégia de manter a Companhia enxuta e lucrativa. No exercício de 2021 registramos a espetacular marca de 34 Milhões de Lucro Líquido, mantendo a série de resultados positivos registrados em 2018, 2019 e 2020. (Exercício 2020, 13,2 Milhões) Destacamos que no exercício de 2021 tivemos

o incremento de 5,3 Milhões ao resultado da Companhia por conta da contabilização dos créditos relativos ao trânsito em julgado do processo de exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS, conforme demonstrado em nota explicativa específica. Este montante de 5,3 Milhões foi contabilizado nas rubricas de Outras Receitas/Despesas Operacionais (2,7 Milhões) e de Receitas Financeiras (2,6 Milhões), tendo também feito caixa deste montante em nossa operação.  
**PERSPECTIVAS:** Para 2022, projetamos um mercado ligeiramente maior, sofrendo ainda com dificuldades logísticas, mas continuaremos determinados em atingir os nossos objetivos, sendo reconhecido nos programas de excelência de nossas representadas e atendendo às necessidades dos nossos clientes.  
**EVENTOS SUBSEQUENTES - IMPACTOS COVID-19:** Assim como ocorrido no exercício findo, não identificamos até a data desta publicação nenhum evento significativo que pudesse ser apontado como redutor das expectativas para o exercício subsequente por conta da pandemia, mas consideramos que não é possível prever com exatidão os efeitos econômicos e financeiros que poderão ocorrer em decorrência da pandemia a partir deste momento. Por fim, agradecemos aos Clientes, Fornecedores, Acionistas e Colaboradores.

## Balanco Patrimonial Levantados em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora				Consolidado			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	40.169	13.596	44.416	13.891				
Contas a receber de clientes	44.062	22.997	44.412	23.357				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(965)	(965)	(1.312)	(1.312)				
Estoques	32.101	18.639	32.101	18.639				
Impostos e contribuições sociais a recuperar	13.305	6.732	13.639	7.125				
Outras contas a receber	1.309	1.834	1.309	1.834				
Despesas do exercício seguinte	934	384	934	388				
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>130.915</b>	<b>63.217</b>	<b>135.499</b>	<b>63.922</b>				
<b>Ativo não circulante</b>								
Realizável a Longo Prazo								
Contas a receber de clientes	198	-	243	45				
Impostos e contribuições sociais a recuperar	4.387	9.998	4.387	9.998				
Títulos precatórios	5.475	5.288	5.475	5.288				
Depósitos judiciais	1.293	3.032	1.293	3.032				
Partes relacionadas	459	722	452	722				
Investimentos em controlada	3.989	4.003	-	-				
Propriedade para investimento	6.741	6.741	6.741	6.741				
Imobilizado	17.983	17.072	18.323	17.772				
Intangível	487	381	487	381				
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>41.012</b>	<b>47.237</b>	<b>37.401</b>	<b>43.979</b>				
<b>Total do ativo</b>	<b>171.927</b>	<b>110.454</b>	<b>172.900</b>	<b>107.901</b>				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo Acumul.	Ajuste de Aval. Patrimonial	Participação Reflexa	Controladora		Consolidado	
	da Assembleia	Legal				Participação dos Minoritários	Total		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	38.000	-	20.438	4.332	(4)	18.902	10	18.912	
Adição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(225)	-	(225)	
Lucro Líquido do exercício	-	-	13.269	-	-	13.269	-	13.269	
Realização p/depreciação de ativos recompostos	-	-	33	(33)	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da mais valia	-	-	-	11	-	11	-	11	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	38.000	-	(7.136)	4.310	(4)	31.957	10	31.967	
Adição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(100)	-	(100)	
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	1.706	-	1.706	
Lucro Líquido do exercício	-	-	32.574	-	-	32.574	-	32.574	
Antecipação Distribuição de Lucros	-	-	(5.497)	-	-	(5.497)	-	(5.497)	
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(1.327)	-	-	(1.327)	-	(1.327)	
Constituição de Reserva Legal	-	1.272	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reserva de Invest. e Cap. de Giro	-	-	3.468	-	-	3.468	-	3.468	
Transf. p/Lucros a Disposição da Assembleia	-	13.906	(13.906)	-	-	-	-	-	
Realização p/depreciação de ativos recompostos	-	-	32	(32)	-	-	-	-	
I.R. e contrib. social s/a realização da mais valia	-	-	-	11	-	11	-	11	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	38.000	13.906	4.526	4.289	(4)	59.324	10	59.334	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 - Contexto Operacional:** A LINCK MÁQUINAS S.A., constituída sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, foi fundada em 1955, tem sua sede social localizada na Avenida das Indústrias, 500 em Eldorado do Sul, e filiais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, nas cidades de Eldorado do Sul/RS, Joinville/SC, Pailhoça/SC, São José dos Pinhais/PR e Marialva/PR. A Companhia possui como atividade preponderante o comércio e representação de máquinas e equipamentos rodoviários e industriais, bem como o comércio de peças e a prestação de serviços de manutenção técnica, exclusiva de suas representadas para a Região Sul do Brasil. A controlada Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda., constituída na forma de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, possui como atividade a locação de máquinas e equipamentos da linha de distribuição da controladora. **COVID 19 -** A Administração continua tomando todas as medidas necessárias para proteção dos seus colaboradores, mantendo seu plano de contingência ativo dando continuidade operacional para a companhia, atendendo todos os requisitos estabelecidos pelos órgãos de saúde e considera que não ocorrerá evento significativo que possa ser apontado como redutor das expectativas para o exercício subsequente.

**2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP e normas internacionais do relatório financeiro (International Financial Reporting Standard - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis são apresentadas em Real - moeda nacional e arredondadas para o milhar mais próximo, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 11/03/2022.

**3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são igualmente aplicáveis para as demonstrações contábeis da controladora e do consolidado. Essas práticas estão aplicadas de modo consistente para os exercícios apresentados.

**a) Critérios de consolidação -** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas para incluir as demonstrações contábeis da empresa controlada: Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda. Na elaboração delas foram eliminados todos os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido da controlada.

**b) Moeda estrangeira -** Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real - moeda nacional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

**c) Instrumentos financeiros - c1) Ativos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

**c2) Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**d) Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata, cujo resgate pode ser realizado em 90 dias consecutivos em caixa e não estão sujeitos a risco de mudança relevante.

**e) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

**f) Estoques -** As máquinas e equipamentos para comercialização são demonstrados ao custo individual de aquisição. Já os estoques de peças, acessórios e pneus, pelo custo médio das compras, inferiores aos valores de mercado ou reposição. A provisão para estoques obsoletos é decorrente de avaliação das condições de oferta, basicamente, peças e acessórios. Eventuais estoques sem possibilidades de comercialização são assumidos pelos fabricantes para repor o valor investido. A Compa-

Caixa e Equivalentes de Caixa:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	5.787	1.567	5.977	1.766
Depósitos bancários em conta corrente	34.375	12.016	38.432	12.112
Aplicações financeiras de liquidez imediata	40.169	13.596	44.416	13.891

Em "Aplicações financeiras de liquidez imediata" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Companhia.

Contas a receber de Clientes:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	44.062	22.997	44.412	23.357
Provisão estimada p/ créditos de liq. duvidosa	(965)	(965)	(1.312)	(1.312)
	43.097	22.032	43.100	22.045

O saldo da conta clientes, em 31 de dezembro de 2020, na controladora, além de financiamentos diretos, de operações de leasing, de financiamentos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, era representado por valores a receber junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, referentes ao Fimame. Na controlada Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda., representa o saldo a receber relativo aos contratos de locação de máquinas e equipamentos e venda de Ativo Imobilizado.

o incremento de 5,3 Milhões ao resultado da Companhia por conta da contabilização dos créditos relativos ao trânsito em julgado do processo de exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS, conforme demonstrado em nota explicativa específica. Este montante de 5,3 Milhões foi contabilizado nas rubricas de Outras Receitas/Despesas Operacionais (2,7 Milhões) e de Receitas Financeiras (2,6 Milhões), tendo também feito caixa deste montante em nossa operação.  
**PERSPECTIVAS:** Para 2022, projetamos um mercado ligeiramente maior, sofrendo ainda com dificuldades logísticas, mas continuaremos determinados em atingir os nossos objetivos, sendo reconhecido nos programas de excelência de nossas representadas e atendendo às necessidades dos nossos clientes.  
**EVENTOS SUBSEQUENTES - IMPACTOS COVID-19:** Assim como ocorrido no exercício findo, não identificamos até a data desta publicação nenhum evento significativo que pudesse ser apontado como redutor das expectativas para o exercício subsequente por conta da pandemia, mas consideramos que não é possível prever com exatidão os efeitos econômicos e financeiros que poderão ocorrer em decorrência da pandemia a partir deste momento. Por fim, agradecemos aos Clientes, Fornecedores, Acionistas e Colaboradores.

## Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receita Operacional Bruta</b>				
Vendas e prestação de serviços	537.694	302.706	537.694	302.706
Deduções das vendas	(65.690)	(37.733)	(65.690)	(37.733)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>472.004</b>	<b>264.973</b>	<b>472.004</b>	<b>264.973</b>
<b>Custo das vendas e dos serviços prestados</b>	<b>(376.620)</b>	<b>(213.668)</b>	<b>(376.648)</b>	<b>(213.712)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>95.384</b>	<b>51.305</b>	<b>95.356</b>	<b>51.261</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas com vendas	(39.713)	(27.109)	(39.743)	(27.139)
Despesas gerais e administrativas	(6.857)	(3.892)	(6.905)	(3.954)
Resultado de equivalência patrimonial	(14)	(191)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	3.220	1.733	3.215	1.675
<b>Lucro operac. antes do result. financeiro</b>	<b>52.020</b>	<b>21.846</b>	<b>51.923</b>	<b>21.843</b>
Receitas financeiras	4.297	1.638	4.397	1.646
Despesas financeiras	(4.640)	(3.234)	(4.643)	(3.239)
<b>Lucro antes do I.R. e contribuição social</b>	<b>51.677</b>	<b>20.250</b>	<b>51.677</b>	<b>20.250</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>21</b>	<b>(6.981)</b>	<b>(6.981)</b>	<b>(6.981)</b>
<b>Lucro líquido antes das participações</b>	<b>34.073</b>	<b>13.269</b>	<b>34.073</b>	<b>13.269</b>
Participação dos administradores	(2.826)	-	(2.826)	-
Reversão dos juros s/o capital próprio	20.c	1.327	1.327	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>32.574</b>	<b>13.269</b>	<b>32.574</b>	<b>13.269</b>
<b>Resultado p/ação do capital social final</b>	<b>2.6320</b>	<b>1.0721</b>	<b>2.6320</b>	<b>1.0721</b>
<b>Atribuído a:</b>				
Participação do controlador	-	-	32.584	13.279
Participação dos minoritários	-	-	(10)	(10)
	-	-	32.574	13.269

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Método Indireto</b>				
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Prejuízo / Lucro líquido do exercício</b>	<b>32.574</b>	<b>13.269</b>	<b>32.584</b>	<b>13.269</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
• Depreciação e amortização	914	881	914	881
• Equivalência patrimonial	14	191	-	-
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(209)	-	(209)
• Custo residual do ativo imobilizado baixado	-	-	360	960
• Variação monetária ativa sobre títulos precatórios	(187)	-	(187)	-
• Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	48	-	48	-
• Reversão dos juros sobre o capital próprio	(1.327)	-	(1.327)	-
• Reversão/Constituição participação dos administ.	2.826	-	2.826	-
<b>Geração bruta de caixa</b>	<b>34.862</b>	<b>14.132</b>	<b>35.218</b>	<b>14.901</b>

**(Aumento) redução nos ativos operacionais**

- Contas a receber de clientes e outros: (21.290) (10.802) (21.274) (10.770)
- Estoques: (13.462) (433) (13.462) (433)
- Impostos e contribuições sociais a recuperar: (962) (2.080) (903) (2.055)
- Depósitos judiciais: 1.738 (236) 1.739 (236)
- Ativos não circulantes mantidos para venda: - - - 200
- Partes relacionadas: (3.723) 4.341 270 (102)

**Total (aum.) redução nos ativos operacionais: (37.699) (9.210) (33.630) (13.396)**

**Aumento (redução) nos passivos operacionais**

- Fornecedores: 25.689 4.441 25.689 4.441
- Obrigações fiscais e trabalhistas: 8.178 6.878 8.130 6.799
- Adiantamento de clientes: 7.260 5.106 6.941 4.274
- Adiantamento de longo prazo: 1.424 1.160 1.424 1.160
- Outras contas a pagar: (563) 583 (564) 583
- Provisão para I.R. e contribuição social: (815) (1.326) (106) -
- Parcelamento de tributos: (2.628) 384 (3.443) (1.086)
- Partes relacionadas: 1.685 (938) 1.685 (936)

**Caixa liq. prov. das atividades operacionais: 37.393 21.210 41.344 16.740**

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

- Aquisição de imobilizados e intangíveis: (1.930) (377) (1.930) (377)
- Ações em tesouraria: 1.606 (225) 1.607 (225)

**Caixa liq. prov. das atividades de investimentos: (324) (602) (323) (602)**

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

- Efeito líquido de captação e pagamento de financ. (5.000) (7.258) (5.000) (7.259)
- Pagamento de dividendos: (5.496) - (5.496) -

**Caixa liq. prov. das atividades de financiamentos: (10.496) (7.258) (10.496) (7.259)**

**Caixa liq. prov. das atividades de financiamentos: 26.573 13.350 30.525 8.879**

**Aumento líquido de caixa e equiv. a caixa**

- Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício: 13.596 246 13.891 5.012
- Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício: 40.169 13.596 44.416 13.891

**Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício: 26.573 13.350 30.525 8.879**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
M		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto outra forma)

é área de posse da Companhia em R\$ 6.741 mil. Em 2020 foi elaborado um "Termo de Composição Amigável" com os terceiros que se encontravam sobre a parte invadida, com o intuito de venda futura do total da propriedade do Alto do Taquari. Com base neste documento, a companhia recebeu até o presente exercício, a título de adiantamento o montante de R\$ 2.584, que se encontra registrado na conta de "Adiantamentos de longo prazo". Conforme o acordo celebrado, ainda receberá valores nos anos de 2022 até 2026, momento no qual, satisfazendo-se todas as exigências do termo, assim como o pagamento de todos os valores pactuados, a companhia irá transferir a propriedade do imóvel.

12 - Imobilizado:

Taxa %	Custo 2020	Aquisições	Baixas	Custo 2021	Depreciação Acumulada	Valor líquido	2021	2020
-	4.315	-	-	4.315	-	4.315	4.315	4.315
2	8.114	-	-	8.114	(2.366)	5.748	5.911	5.911
3 a 100	16.685	1.776	-	18.461	(11.018)	7.443	6.264	6.264
6 a 25	332	2	-	334	(234)	100	111	111
20	204	-	-	204	(161)	43	52	52
7 a 50	1.094	-	-	1.094	(760)	334	419	419
	<b>30.744</b>	<b>1.778</b>		<b>32.522</b>	<b>(14.539)</b>	<b>17.983</b>	<b>17.072</b>	<b>17.072</b>

Taxa %	Custo 2020	Aquisições	Baixas	Custo 2021	Depreciação Acumulada	Valor líquido	2021	2020
-	4.315	-	-	4.315	-	4.315	4.315	4.315
2	8.114	-	-	8.114	(2.366)	5.748	5.911	5.911
3 a 100	16.685	1.776	-	18.461	(11.018)	7.443	6.264	6.264
6 a 25	332	2	-	334	(234)	100	111	111
33.33 a 50	991	-	(360)	631	(291)	340	700	700
20	204	-	-	204	(161)	43	52	52
7 a 50	1.094	-	-	1.094	(760)	334	419	419
	<b>31.735</b>	<b>1.778</b>	<b>(360)</b>	<b>33.153</b>	<b>(14.830)</b>	<b>18.323</b>	<b>17.772</b>	<b>17.772</b>

No exercício 2010, a Companhia procedeu a recomposição de valores de seu ativo não circulante amparada nos pronunciamentos técnicos pelas NBC TGs 04, 27 e 28. Tal atribuição de custos foi dirigida às propriedades para investimento, imobilizados e intangíveis, resultando nos seguintes efeitos no patrimônio líquido.

	Custo Atribuído	IRPJ	CSLL	Total	Feito Líquido
Saldos em 31.12.2019.....	6.608	1.680	597	2.277	4.331
(-) Realização da reserva por depreciação.....	(33)	-	-	-	(33)
Impostos sobre a realização da reserva.....	-	(9)	(3)	(12)	12
Saldos em 31.12.2020.....	6.575	1.671	594	2.265	4.310
(-) Realização da reserva por depreciação.....	(32)	(8)	(3)	(11)	(32)
Impostos sobre a realização da reserva.....	-	(8)	(3)	(11)	11
Saldos em 31.12.2021.....	6.543	1.663	591	2.254	4.289

13 - Intangível:

Taxa %	Custo 2020	Aquisições	Baixas	Custo 2021	Amortização Acumulada	Valor líquido	2021	2020
10 a 33	1.664	152	-	1.816	(1.329)	487	381	381
	<b>1.664</b>	<b>152</b>		<b>1.816</b>	<b>(1.329)</b>	<b>487</b>	<b>381</b>	<b>381</b>

14 - Fornecedores: Representam as obrigações a pagar, pela aquisição de bens ou serviços, de fornecedores nacionais, no curso normal das operações da Companhia.

15 - Empréstimos e Financiamentos:

Destino	Encargos financeiros	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de giro.....	CDI* + 0,44% a 0,72% a.m.	1.720	1.778	5.001	3.497
		<b>1.720</b>	<b>1.778</b>	<b>5.001</b>	<b>3.497</b>

Os saldos devedores em 31 de dezembro de 2021, estão garantidos por créditos de clientes, aval da diretoria, pelos próprios bens e hipoteca de imóvel sede da Companhia.

16 - Saldos e Transações com Partes Relacionadas:

	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
Barlavento S.A.....	199	1.330	30	30
Adiantamento para futura compra de ações.....	21	-	-	-
Pessoas físicas.....	139	446	1.774	1.419
Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda.....	7	-	-	3.986
Outros.....	292	56	11	11
	<b>459</b>	<b>722</b>	<b>3.115</b>	<b>5.416</b>
	<b>452</b>	<b>722</b>	<b>3.115</b>	<b>5.416</b>

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se a operações de mútuo entre empresas e pessoas ligadas por prazo indeterminado. A remuneração/encargos oscila entre a TR + 6% a.a. e a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. 17 - Parcelamento de Tributos Federais e Estaduais: O saldo reconhecido no passivo circulante e não circulante está composto da seguinte forma:

	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Passivo Circulante</b>								
Parcelamento INSS.....	-	1.562	-	-	-	-	-	-
Parcelamento PIS.....	-	14	-	-	-	-	-	-
Parcelamento COFINS.....	-	300	-	-	-	-	-	-
Parcelamento CSLL.....	-	1	-	-	-	-	-	-
Parcelamento ICMS - RS.....	1.548	1.472	-	-	-	-	-	-
	<b>1.548</b>	<b>3.349</b>						
<b>Passivo Não Circulante</b>								
Parcelamento ICMS - RS.....	10.709	11.653	-	-	-	-	-	-
	<b>10.709</b>	<b>11.653</b>						

A Companhia parcelou, através do programa Refaz/RS, em 2019, valores exigidos em auto de infração da Administração Tributária Estadual do Estado do Rio Grande do Sul lavrado em 29 de dezembro de 2006, em função da exigência de ICMS e demais encargos legais sobre importações e glosa dos créditos relativos às entradas, que estavam em discussão judicial em 2018. 18 - Provisão para Contingências: As provisões para riscos tributários e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>a) Contingências passivas - Perdas prováveis:</b>								
Depósitos Judiciais.....	967	2.370	-	-	268	1.083	-	-
Contingências tributárias.....	326	662	396	348	396	348	-	-
Contingências trabalhistas/cíveis.....	1.293	3.032	396	348	664	1.431	-	-
<b>Controladora</b>								
Contingências tributárias.....	967	2.370	-	-	268	1.083	-	-
Contingências trabalhistas/cíveis.....	326	662	396	348	396	348	-	-
<b>Controlada</b>								
Contingências trabalhistas.....	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total consolidado</b>	<b>1.293</b>	<b>3.032</b>	<b>396</b>	<b>348</b>	<b>664</b>	<b>1.431</b>		
<b>b) Contingências ativas e passivas</b>								
Depósitos Judiciais.....	967	2.370	-	-	268	1.083	-	-
Contingências tributárias.....	326	662	396	348	396	348	-	-
Contingências trabalhistas/cíveis.....	1.293	3.032	396	348	664	1.431	-	-
<b>Total consolidado</b>	<b>1.293</b>	<b>3.032</b>	<b>396</b>	<b>348</b>	<b>664</b>	<b>1.431</b>		

19 - Impostos Diferidos:

Origem	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda pessoa jurídica.....	1.665	1.674	1.665	1.674
Contribuição social sobre o lucro líquido.....	513	420	1.084	930
	590	591	590	591
	192	158	192	325
	<b>2.960</b>	<b>2.843</b>	<b>3.531</b>	<b>3.520</b>

C A - Custo atribuído sobre ativos no exercício 2010  
R T T - Regime Tributário de Transição  
20 - Patrimônio Líquido: (a) Capital social - O capital social é representado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, por 11.768.858 ações ordinárias e 606.902 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. (b) Reserva de lucros - Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado. Reserva de investimento e capital de giro - Destina a parcela mínima de 20% do saldo do lucro líquido ajustado após a dedução dos dividendos obrigatórios. Terá por finalidade assegurar o crescimento do capital de giro, amortização de dívidas da Companhia e investimentos em bens de ativo não circulante. Em atendimento as determinações da Lei nº 11.638/07, o lucro do exercício de 2021 R\$ 32.574 mil (2020 - R\$ 13.269 mil), após compensação de prejuízos acumulados de R\$ 7.136 mil, deduzidos da antecipação de lucros de R\$ 5.497 mil, juros sobre o capital próprio de R\$ 1.327mil, constituição da reserva legal de R\$ 1.272 mil, constituição de reserva de investimento e capital de giro de R\$ 3.468 mil, acrescido pela realização por depreciação de ativos recompostos de R\$ 32 mil, resultando o montante disponibilizado para a Assembleia no valor de R\$13.906 mil. (c) Dividendos e juros sobre o capital próprio - Nos termos do estatuto social, os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos equivalentes, no mínimo, a 25% do lucro líquido ajustado. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, 10% maiores do que os atribuídos aos acionistas portadores de ações ordinárias. A Companhia tem por prática calcular juros sobre o capital próprio ao longo do exercício, sendo imputado ao dividendo mínimo obrigatório no final do exercício social, provisionando a diferença como dividendos propostos. Os juros sobre o capital próprio estão registrados como despesa financeira do exercício e revertidos na Demonstração do Resultado do Exercício apenas para fins de apresentação. O benefício fiscal destes juros é de R\$ 451 mil. As bases de cálculos dos dividendos, assim demonstrados:

	2021	2020	2021	2020
Lucro líq. do exercício s/efeito dos juros s/capital próprio.....	35.400	13.269	35.400	13.269
(-) Compensação Prejuízos Acumulados.....	(7.136)	(20.438)	(7.136)	(20.438)
<b>Base de Cálculo Participações</b> .....	<b>28.264</b>	<b>(7.169)</b>	<b>28.264</b>	<b>(7.169)</b>
(-) Participação dos Administradores 10%.....	(2.826)	-	(2.826)	-
<b>Base de Cálculo Reserva Legal</b> .....	<b>25.438</b>	-	<b>25.438</b>	-
(-) Reserva Legal - 5%.....	(1.272)	-	(1.272)	-
<b>Base de cálculo dos dividendos</b> .....	<b>24.166</b>	-	<b>24.166</b>	-
<b>Dividendos - 28,09%</b> .....	<b>6.789</b>	-	<b>6.789</b>	-
Juros sobre o capital próprio.....	1.254	-	1.254	-
Juros sobre o capital próprio 10% ações preferenciais.....	73	-	73	-
	1.327	-	1.327	-
Imposto de renda na fonte (15%).....	(199)	-	(199)	-
<b>Saldo líquido juros sobre o capital próprio</b> .....	<b>1.128</b>	-	<b>1.128</b>	-
Dividendos adicionais 10% ações preferenciais a distribuir.....	5.462	-	5.462	-
<b>Dividendos complementares propostos</b> .....	<b>5.497</b>	-	<b>5.497</b>	-

21 - Imposto de Renda e Contribuição Social (no resultado):

	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos impostos e contribuições.....	51.677	20.250	51.677	20.250
Adições e exclusões				
• Equivalência patrimonial.....	14	191	14	191
• Outros.....	(997)	(550)	(997)	(550)
Compensação de prejuízos fiscais.....	(15.420)	(6.064)	(15.420)	(6.064)
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>35.274</b>	<b>13.827</b>	<b>35.274</b>	<b>13.827</b>
Alíquota nominal.....	34%	34%	34%	34%
<b>I.R. e contrib. social corrente no resultado</b> .....	<b>11.993</b>	<b>4.701</b>	<b>11.993</b>	<b>4.701</b>
<b>Adições e exclusões temporárias</b>				
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.034	640	1.034	640
• Provisão para contingências trabalhistas.....	48	-	48	-
<b>Realização/Constituição créditos s/prej. fiscais</b>				
• Prejuízo Exercícios Anteriores.....	15.420	6.064	15.420	6.064
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>16.502</b>	<b>6.704</b>	<b>16.502</b>	<b>6.704</b>
Alíquota nominal.....	34%	34%	34%	34%
<b>Provisão/Crédito de IRPJ e CSLL no resultado</b> .....	<b>5.611</b>	<b>2.279</b>	<b>5.611</b>	<b>2.279</b>
<b>Provisão/Crédito I.R. e contribuição social</b> .....	<b>17.604</b>	<b>6.981</b>	<b>17.604</b>	<b>6.981</b>

22 - Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração destes instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado. Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. 23 - Seguros: A Companhia e sua controlada Linck Locações de Equipamentos Rodoviários e Industriais Ltda., adotam política de contratação de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos em suas operações. Considerando as características de seus riscos, a Administração contrata seguros com o conceito de limite máximo possível em um mesmo evento, mantendo coberturas para riscos operacionais e responsabilidade civil.

Responsabilidade Técnica - Lisboa & Moraes Contabilidade S/S - CRC RS nº 7.107

Paulo Cesar Lisboa Junior - Contador CRC RS nº 68.756  
Adriana Moraes - Contadora CRC RS nº 67.568

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da LINCK Máquinas S.A. Eldorado do Sul - RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da LINCK Máquinas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da LINCK Máquinas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases:** 1. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia divulga em 31 de dezembro de 2021, créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças de estimativas temporárias, no montante de R\$4.387 mil. A realização desse crédito fiscal tributário, depende da realização lucros futuros tributáveis. Desta forma, neste momento não podemos afirmar que os saldos destes ativos serão realizados pelos totais apresentados, pois dependem do sucesso e monitoramento do plano de medidas desenvolvido pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. 2. Conforme Nota Explicativa nº 07, a companhia teve sua Ação Ordinária/processo nº 5021108-27.2019.4.04.7100, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, devidamente Transitada em Juízo e habilitação do crédito fiscal junto a Secretaria da Receita Federal, o saldo líquido atualizado a compensar, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.478 mil. As compensações fiscais realizadas pela Companhia totalizam créditos no montante de R\$6.188 mil, os quais dependem de efetiva homologação por parte da Secretaria da Receita Federal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com

# PUBLICIDADE LEGAL

**CALÇADOS BEIRA RIO S/A - CNPJ/MF 88.379.771/0001-82 - NIRE 43300035247 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** Convocam-se os acionistas da Calçados Beira Rio S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de março de 2022, às 09 horas, na sede social da Companhia, situada na Rodovia RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534. A Assembleia Geral será realizada na modalidade **semi-presencial**, sendo facultada a participação e votação à distância pelos acionistas, na forma do artigo 121, § único da Lei 6.404/76 e da regulamentação aplicável. A participação remota será facultada exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência cujo *link* e senha de acesso serão fornecidos pela administração aos acionistas que os solicitarem, na forma deste Edital. A Assembleia apreciará e deliberará sobre a seguinte **ordem do dia**: (i) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, (iii) eleger o Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração; **Disponibilidade dos documentos:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76. **Procuração:** Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário da assembleia. **Participação e votação à distância:** O convite para participação e o *link* para o acesso aos documentos pertinentes à Assembleia Geral, disponibilizados em meio digital seguro, serão remetidos ao acionista que o solicitar com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. A solicitação poderá ser presencial, na sede da Companhia, ou encaminhada por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: [felipe.oliveira@beirario.com.br](mailto:felipe.oliveira@beirario.com.br) (Fone 51.3584.2200 – ramal 278). Juntamente com a solicitação de senha e link de acesso, o acionista deverá apresentar ou anexar em via eletrônica (em arquivo PDF), conforme aplicável, os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida também cópia digitalizada do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Novo Hamburgo/RS, 17 de março de 2022. Roberto Argenta - Diretor-Presidente

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S.A.**CNPJ sob nº 89.723.845/0001-19  
NIRE 43.3.0001820.2**CONVOCAÇÃO**

Convidamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 01 de abril de 2022, às 10hs.30min, na sede social da companhia, na Rua Inpel, n. 29, bairro Colonial, em Sapucaia do Sul-RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração; Sapucaia do Sul-RS, 15 de março de 2022.  
A Diretoria

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**TERMOLAR S/A**

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2

**AVISO AOS AÇIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021.

Porto Alegre/RS, 16 de março de 2022  
Natalie Ardrizzo - Diretora

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**Recrusul S/A - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **19 de abril de 2022**, às **10:00** horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur nº 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, **(2)** eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e **(3)** fixar o montante da remuneração dos administradores. **INFORMAÇÕES GERAIS: A) Participação Presencial:** Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; **B)** Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). **C)** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), todos os documentos exigidos por lei e pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **D) Boletim de Voto à Distância:** a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S/A), o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Sapucaia do Sul, RS, 17 de março de 2022. **RICARDO MOTTIN JUNIOR** - Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
-  [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
-  **(51) 3213-1333 / 3213-1338**
-  **(51) 99649-0062**



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC